



***International Labour Office***  
***Bureau International du Travail***  
***Oficina Internacional del Trabajo***

**Escritório de Brasília**

Tel. 0xx-61-426-0100

[brasil@oitbrasil.org.br](mailto:brasil@oitbrasil.org.br)

**SUPLEMENTO DO RELATÓRIO GLOBAL**

**Um Futuro Sem Trabalho Infantil**

**("A Future Without Child Labour")**

**COMBATE AO TRABALHO INFANTO-JUVENIL NO BRASIL:**

**AVANÇOS E DESAFIOS**

**Este suplemento preparado pelo Escritório da OIT em Brasília oferece informações específicas à situação nacional brasileira, que o Relatório Global da OIT (lançado mundialmente a 06/05/02) não pôde incluir ou refletir adequadamente, por limitações de cobertura de muitos países e limitações de espaço.**

---

## Reflexões

### **sobre 10 anos da OIT no Brasil no combate ao trabalho infantil**

“Trabalho infantil não é só consequência da pobreza.  
É sobretudo causa circular da pobreza.”

“Crianças hoje trabalhadoras serão jovens amanhã desempregados.”

“A erradicação do trabalho ilegal de crianças e adolescentes contribui para a redução do desemprego geral e, em particular, do desemprego juvenil.”

“O trabalho infantil e o desemprego juvenil são, portanto, duas faces da mesma moeda e, por isso, devem ser alvo de esforços integrados.”

“A erradicação e prevenção do trabalho infantil, em geral, é inevitavelmente um processo gradual que requer um tripé essencial de medidas integradas de (a) inspeção, procuradoria e justiça, (b) melhorias de educação e (c) programas de apoio à renda familiar condicionada à frequência escolar, em consonância com as diretrizes da Convenção N. 138 (1973), ratificada pelo Brasil, do Estatuto da Criança e Adolescente, e de da legislação nacional em vigor.”

“A erradicação das “piores formas” intoleráveis de trabalho infanto-juvenil tem de ser combatida essencialmente com medidas imediatas e eficazes pela vertente de inspeção, procuradoria e justiça, conforme preconizado nos Artigos 1 e 3 da Convenção No. 182 (1999) da OIT, ratificada pelo Brasil. Não podemos mais ser coniventes com a exploração de menores em atividades de prostituição, pornografia, narcotráfico, narcoplantio, trabalhos perigosos e insalubres.”

Armand F. Pereira  
Diretor da OIT no Brasil  
São Paulo, 6 de maio de 2002

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1. AVANÇOS RÁPIDOS.....</b>	<b>8</b>
<b>3. MARCO LEGAL NO BRASIL.....</b>	<b>10</b>
<b>4. PERFIL DAS CRIANÇAS E JOVENS ENTRE 5 E 17 ANOS NO BRASIL AO LONGO DA DÉCADA DE 90.....</b>	<b>14</b>
<b>5. EVOLUÇÃO DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL NO BRASIL .....</b>	<b>16</b>
<b>6. CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DOS TRABALHADORES.....</b>	<b>20</b>
SEXO20	
FAIXA ETÁRIA.....	21
FAIXA ETÁRIA QUE INICIOU O TRABALHO.....	23
JORNADA DE TRABALHO .....	24
MÃE VIVA.....	25
RAÇA/COR .....	26
REND A DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS.....	27
ESCOLARIDADE.....	31
<b>7. BREVE HISTÓRICO DO PROGRAMA PARA A ELIMINAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL DA OIT NO BRASIL.....</b>	<b>36</b>
<b>8. PRINCIPAIS ATORES COMPROMETIDOS COM A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL.....</b>	<b>38</b>
8.1. O GOVERNO FEDERAL .....	39
8.2. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MPT).....	41
8.3. FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL.....	41
8.4. FÓRUMS ESTADUAIS DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL.....	42
8.5. CONSELHOS DOS DIREITOS DA CRIANÇA .....	42
8.6. ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES.....	43
8.7. ORGANIZAÇÕES DE EMPREGADORES.....	43
8.8. OUTRAS ENTIDADES NACIONAIS.....	44
8.9. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.....	44

---

<b>9. DESAFIOS .....</b>	<b>45</b>
--------------------------	-----------

<b>10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
--------------------------------------	-----------

## Lista de gráficos

GRÁFICO 1 –DISTRIBUIÇÃO RELATIVA (%) DAS PESSOAS ENTRE 5-17 ANOS, SEGUNDO SITUAÇÃO OCUPACIONAL, ANO E REGIÃO .....	17
GRÁFICO 2 – TENDÊNCIA DO TRABALHO INFANTIL E DOS QUE NÃO TRABALHAM, SEGUNDO O ANO DE REFERÊNCIA .....	18
GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE ATIVIDADE DA POPULAÇÃO ENTRE 5-17 ANOS .....	18
GRÁFICO 13 – PESSOAS ENTRE 5-17 ANOS, SEGUNDO O NÚMERO DE HORAS TRABALHADAS POR SEMANA E O TIPO DE TRABALHO .....	24
GRÁFICO 14 – PERCENTUAL DE PESSOAS ENTRE 5-17 ANOS CUJA A MÃE ESTAVA VIVA NO DIA DA ENTREVISTA, SEGUNDO O ANO E O TIPO DE TRABALHO REALIZADO, 1992-1999 .....	25
GRÁFICO 15 – PERCENTUAL DE PESSOAS ENTRE 5-17 ANOS, SEGUNDO RAÇA/ COR E O TIPO DE TRABALHO, 1992-1999 .....	26
GRÁFICO 16 – RENDA FAMILIAR PER CAPITA DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS .....	28
GRÁFICO 17 – RENDA FAMILIAR PER CAPITA DOS TRABALHADORES NÃO DOMÉSTICOS .....	28
GRÁFICO 18 – RENDA FAMILIAR PER CAPITA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES .....	29
GRÁFICO 19 – CONTRIBUIÇÃO PARA A RENDA FAMILIAR DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS .....	30
GRÁFICO 20 – CONTRIBUIÇÃO PARA A RENDA FAMILIAR DOS TRABALHADORES NÃO DOMÉSTICOS .....	30
GRÁFICO 21 - DEFASAGEM “IDADE SÉRIE” DOS INDIVÍDUOS ENTRE 8 E 17 ANOS .....	31
GRÁFICO 22 - DEFASAGEM “IDADE SÉRIE” DOS INDIVÍDUOS ENTRE 8 E 17 ANOS ENVOLVIDOS EM ATIVIDADES DOMÉSTICAS .....	32
GRÁFICO 23 - DEFASAGEM “IDADE SÉRIE” DOS INDIVÍDUOS ENTRE 8 E 17 ANOS ENVOLVIDOS EM ATIVIDADES NÃO DOMÉSTICAS .....	32
GRÁFICO 24 - DEFASAGEM “IDADE SÉRIE” DOS INDIVÍDUOS ENTRE 8 E 17 ANOS QUE NÃO TRABALHAM .....	33

### Lista de Tabelas

TABELA 1 – CRIANÇAS E JOVENS ENTRE 5-17 ANOS, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS E ANO DE REFERÊNCIA.....	14
TABELA 2 – BRASIL- CRIANÇAS E JOVENS ENTRE 5-17 ANOS, SEGUNDO COR/RAÇA E ANO DE REFERÊNCIA.....	15
TABELA 3 - BRASIL- CRIANÇAS E JOVENS ENTRE 5-17 ANOS, SEGUNDO SEXO E ANO DE REFERÊNCIA.....	15
TABELA 4 – BRASIL – TAXAS DE CRESCIMENTO E NÚMERO DE PESSOAS ENTRE 5-17 ANOS, SEGUNDO O TIPO DE TRABALHO E O ANO DE REFERÊNCIA (1.992-1.999) .....	17
TABELA 5 – BRASIL – RAZÃO DE SEXO (HOMENS/MULHERES), SEGUNDO O TIPO DE TRABALHO, O ANO E A REGIÃO DO PAÍS (1.992-1.999) .....	20
TABELA 6 – BRASIL – TRABALHADORES DOMÉSTICOS, NÃO-DOMÉSTICOS E INDIVÍDUOS QUE NÃO TRABALHAM, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS SELECIONADOS (1.992-1.999) .....	21
TABELA 7 – BRASIL – IDADE EM QUE OS TRABALHADORES DOMÉSTICOS E NÃO DOMÉSTICOS, ENTRE 5-17 ANOS, COMEÇARAM A TRABALHAR (1.992-1.999) .....	23

## 1. Introdução

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), no marco do aniversário dos 10 anos do seu Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), elaborou o terceiro Relatório Global, intitulado *Um Futuro sem Trabalho Infantil*, com vistas a demonstrar que a abolição dessa mão-de-obra se converteu em uma causa de alcance mundial para o novo milênio.

O Relatório Global chama especial atenção para a morosidade da erradicação do trabalho infantil no mundo e faz um apelo universal para a urgente e total eliminação das formas mais intoleráveis de exploração, como “o trabalho escravo, a prostituição e a produção de materiais pornográficos ou atividades pornográficas e, por último, qualquer outro tipo de trabalho que coloque em risco a saúde, a segurança ou a própria moralidade das crianças.

O Brasil foi um dos primeiros países a abrigar o IPEC, em 1992 e, de forma responsável, logrou desenvolver em suas fronteiras uma rede dinâmica e ativa no combate ao trabalho infantil. Muitas iniciativas e atividades foram implementadas com visível impacto, de tal forma que a experiência brasileira passa a ser percebida como uma das referências mundiais de um esforço relativamente bem sucedido, apesar de alguns grandes desafios ainda pela frente.

Como o Relatório Global reflete informações dos 75 países cobertos pelo IPEC, não podendo dar cobertura adequada ao caso brasileiro, julgou-se oportuno elaborar o presente Suplemento ao Relatório, de forma a particularizar os avanços realizados e os desafios que o Brasil ainda enfrenta para poder reduzir ainda mais o contingente de crianças e adolescentes que trabalham em condições que comprometem o seu futuro bem como o futuro da economia e sociedade brasileira.

A Constituição Federal do Brasil determina 16 anos como a idade mínima para o trabalho. Os aprendizes podem começar aos 14 anos e as atividades penosas, insalubres, perigosas ou noturnas só podem ser praticadas por maiores de 18 anos. Os “trabalhos perigosos” são caracterizados por colocar em risco a saúde, a segurança e a moral das crianças, como por exemplo: trabalhos debaixo de água ou em alturas elevadas; trabalhos com máquinas e ferramentas perigosas; trabalhos que envolvem longas jornadas (ex. meninas em serviços domésticos); trabalhos realizados em temperaturas extremas, níveis de ruído elevados; atividades ilícitas (tráfico e plantio de drogas) e outros. Já os trabalhos leves são aqueles que não prejudicam a saúde e o desenvolvimento da criança, não interferem na presença escolar, na participação em atividades vocacionais, e nem na capacidade de se beneficiar da instrução recebida.

Levando-se em conta a determinação da Constituição Federal, o dados apresentados neste suplemento ao Relatório Global sobre a população infanto-juvenil no Brasil estão dentro da faixa de 5 a 17 anos. As crianças e adolescentes consideradas trabalhadoras foram aquelas que exerceram alguma atividade econômica na última semana, seja ela remunerada ou não.

O presente documento caracteriza as crianças e adolescentes, de 5 a 17 anos, que entram para o mercado de trabalho, no Brasil, durante os anos 90. Foram utilizadas as informações contidas na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente aos anos de 1992, 1993, 1995, 1998 e 1999.

O texto que segue começa por um resumo dos avanços alcançados, passando para uma breve descrição do marco legal brasileiro, com referência complementar à ação normativa internacional da OIT. Mostra-se em seguida a evolução e o perfil dos trabalhadores infanto-juvenis no Brasil: quantos trabalham e quantos não trabalham; com que idades, raça/cor; em que áreas e regiões ocorre com maior frequência; qual a jornada de trabalho, nível de escolaridade; nível de escolaridade dos pais, principalmente o da mãe; nível de renda, renda familiar; tamanho da família; etc. Sumaria-se depois o papel dos principais atores nacionais que têm contribuído para a erradicação do trabalho infantil especialmente a partir de meados dos anos 90 quando se intensificaram os programas de erradicação do trabalho infantil no Brasil. Descreve-se nesse contexto a evolução do IPEC no Brasil. Por fim analisam-se os principais desafios que confrontam o esforço nacional de combate ao trabalho infanto-juvenil.

## 2. Avanços rápidos

O total de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos que trabalham decresceu em cerca de 23%, de 8.423.448 em 1992 para 6.648.269 em 1999, segundo estudo realizado para a OIT pelo Instituto Lumen e o Instituto ICA da PUC-MG, com base em dados revisados das PNADs de 1992, 93, 95, 98 e 99.

A taxa de queda foi porém bem maior entre 1995-1998 do que em 1992-95 e em 1998-99 – respectivamente 13,6%, 8,7% e 2,4%. De 1992 a 1998, a redução foi de 21%, comparada com 23% de 1992 a 1999. Esses percentuais revelam uma queda na taxa de redução que levanta certa preocupação.

Um estudo realizado por Simon Schwartzman para a OIT,<sup>1</sup> comparando os dados das Pesquisas Nacionais por Amostras Domiciliares (PNADs) do IBGE sobre a evolução do trabalho<sup>2</sup> infanto-juvenil nos anos 1992 a 1998, usando um período de referência diferente do estudo da PUC-MG, incluindo as crianças e jovens que trabalharam ao longo do ano, demonstrou uma melhoria significativa da situação nacional, que se reflete nos seguintes indicadores (entre outros):

- ❖ Queda de 20% em termos absolutos do total de crianças e adolescentes trabalhadores de 5 a 17 anos (inclusive): de 9,7 milhões em 1992, para 7,7 milhões em 1998, incluindo:

---

<sup>1</sup> "Schartzman Simon, "O Trabalho Infantil no Brasil, OIT, 2001-02-01.

<sup>2</sup> Conceito do Trabalho da PNAD: pessoas ocupadas e desocupadas, economicamente ativas ou não, e diferentes tipos de ocupação e atividade econômica., na semana ou no ano de referência, incluindo trabalho de produção de alimentos e construção para o próprio consumo, mas não incluindo o trabalho doméstico



- ❖ queda de 30% na faixa de 5 a 15 anos, de 5.7 para cerca de 4 milhões,
- ❖ queda de 28% na faixa de 10 a 14 anos, de 4 milhões para 2.85 milhões, e
- ❖ queda de 21% na faixa de 14 e 15 anos;
- ❖ redução de 22,5 para 18,1% da proporção de crianças e menores de 5 a 17 anos que trabalham em todo o país em relação ao total de pessoas respectivamente com cerca de 43 e 57% do total que trabalha (1998); isto, junto com os dados sobre tendências regionais e remuneração por faixa etária, confirma que o padrão de trabalho infantil não é função exclusiva da pobreza;

A experiência brasileira no combate ao trabalho infantil é vista pela OIT de forma emblemática, senão até como modelo entre outros países em desenvolvimento.

Houve uma evolução progressiva e contínua de iniciativas importantes que mudaram positivamente, o quadro do trabalho infanto-juvenil. Isso é especialmente significativo por ter ocorrido sob uma conjuntura econômica desfavorável.

Destacam-se nesse processo:

- ❖ a Constituição de 1988 que deu sustentação jurídica à elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, que por sua vez estabeleceu o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (CONANDA) e os conselhos estaduais, municipais e tutelares que continuam ocupando papel orientador das políticas e programas de combate ao trabalho infanto-juvenil;
- ❖ a inserção do IPEC da OIT no Brasil em 1992, que estabeleceu um acordo de compromisso com o Governo e apoiou, mobilizou e/ou catalisou esforços de organizações de trabalhadores e de empregadores e de outros atores não governamentais importantes;
- ❖ a criação, em 1995-96, de núcleos contra o trabalho infantil nas Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) e da unidade de inspeção móvel da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- ❖ a ampliação de programas e atividades do UNICEF;
- ❖ o estabelecimento do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em 1994 com apoio da OIT e do UNICEF;
- ❖ a decorrente criação dos Fóruns estaduais, hoje existentes em todas as unidades da Federação, assim ampliando a mobilização e adesão de entidades para tratar de problemas regionais mais específicos, com apoio de outras agências internacionais além da OIT e UNICEF;

- ❖ o interesse crescente da mídia no trabalho infantil, primeiro como denunciadora, depois como monitoradora e protagonista construtivo na busca de soluções; e sobretudo
- ❖ o lançamento de iniciativas governamentais de grande envergadura, incluindo o Programa “Toda Criança na Escola” (1997), a criação (1996) e a ampliação (1997-2000) do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) da Secretaria de Assistência Social (SEAS) do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) cobrindo 362000 crianças em 2000, 676.000 em março de 2002 com meta de alcançar 866,000 até ao final de 2002, e o novo programa Bolsa Escola (ex-Renda Mínima) do MEC, que foi relançado com nova base administrativa e mais recursos, previstos em R\$1,7 bilhões em 2001.

Além disso, por necessidade de integração entre os programas sociais existentes e por reconhecimento que a erradicação do trabalho infanto-juvenil é uma forma de combater a pobreza e concentração de renda, o Governo lançou o “Projeto Alvorada” para ser implementado a partir de 2001 com uma alocação de 6,9 bilhões de dólares, direcionados para 2.186 municípios em 267 micro-regiões em 23 estados da União.

Essa sequência de iniciativas nacionais, entre outras, culminaram com as ratificações em 2000 e 2001 das Convenções 182 e 138 da OIT supracitadas. Isso revela comprometimento nacional e compromissos internacionais de Estado com a erradicação e prevenção do trabalho de crianças e jovens adolescentes. Tais compromissos dão ao Brasil destaque internacional e vantagens de potencial liderança social entre os países em desenvolvimento de grande dimensão e importância demográfica, política e econômica. Por outro lado, as condições socio-econômicas ainda desfavoráveis, junto com políticas e programas incipientes e com deficiências na aplicação das leis, dificultam o cumprimento desses compromissos. Essa contradição inclui riscos que só podem ser minimizados através de iniciativas efetivas em continuidade dos avanços já realizados. Não seria viável recuar agora. Os compromissos assumidos com a OIT são compromissos com toda a comunidade internacional numa época de sistemas de informação em linha, de rápida mobilização, de cobranças implacáveis, e de riscos de boicotes a produtos, em que empregadores e trabalhadores inocentes podem acabar pagando pelos erros de outros, etc.

### **3. Marco legal no Brasil**

Há, no Brasil, um arcabouço jurídico considerável que rege o trabalho infanto-juvenil. As normas pertinentes ao trabalho de crianças e adolescentes estão contidas nos artigos 7o, inciso XXXIII, e 227 da Constituição Federal e nos artigos 60 a 69 e 248 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 (Lei 8.069). O artigo 7, inciso XXXIII, refere-se à idade mínima de admissão ao trabalho, que foi alterada de 14 para 16 anos pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. O artigo 227 determina que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e

comunitária, além de colocá-los à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. O parágrafo terceiro desse mesmo artigo especifica que o direito à proteção especial deve abranger o respeito à idade mínima, a garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola, entre outros. De acordo com Oliveira (s/d, 4), o artigo 227 da Constituição Federal “sinaliza os princípios gerais que devem orientar o legislador ordinário e as políticas públicas e ações governamentais e não governamentais concernentes aos direitos de crianças e adolescentes, sem exclusão, portanto, do trabalho infantil doméstico”. Os artigos 60 a 69 do ECA compõem o capítulo V, intitulado “Do direito à profissionalização e à proteção no trabalho”, e o artigo 248 penaliza quem “deixar de apresentar à autoridade judiciária de seu domicílio, no prazo de cinco dias, com o fim de regularizar a guarda, adolescente trazido de outra comarca para a prestação de serviço doméstico, mesmo que autorizado pelos pais ou responsáveis”. De acordo com Oliveira (s/d, 24-25), esse artigo criou uma “figura de guarda híbrida, diferente da ‘comum’, em que há um guardião que é ao mesmo tempo empregador “*stricto sensu*”, sendo uma irregularidade utilizar crianças e adolescentes antes dos 16 anos no trabalho doméstico, mesmo sob remuneração em dinheiro e/ou em utilidades e não garantir os direitos que regem o emprego doméstico sem prejuízo das normas pertinentes do ECA aos adolescentes de 16 anos ou mais. A inibição dos abusos detectados sob o manto dessa figura de guarda criada pelo artigo 248 cabe ao Conselho Tutelar, à Promotoria Pública e ao Juizado da Infância e da Adolescência.

A norma relativa à idade mínima proíbe qualquer emprego ou trabalho abaixo dos 14 anos e estabelece a idade de 16 anos como a idade mínima para admissão ao emprego ou trabalho, permitindo, no entanto, o trabalho em regime de aprendizagem a partir dos 14 anos. Abaixo dos 18 anos é proibido, sem exceção, o trabalho perigoso, insalubre, penoso, noturno, prejudicial ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.

Os conselhos de direitos, de âmbito nacional, estadual e municipal e tutelares, criados pelos artigos 88, 131 e 132 do ECA, são co-responsáveis na ação de combate ao trabalho infantil, cabendo a eles cuidar dos direitos das crianças e adolescentes em geral, juntamente com o Ministério Público e o Juizado da Infância e da Adolescência.

Entre as diretrizes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) destaca-se o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil cuja sensibilização está a cargo do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, órgão composto por organizações governamentais e não governamentais.

Implicitamente o Estatuto espera que os governos municipais, estaduais e federais adotem políticas públicas que afastem as crianças, com idades inferiores a 14 anos, do mercado de trabalho. Pode-se mencionar os programas de renda mínima e o Bolsa-escola, adotados por alguns municípios e estados da federação, com essa finalidade. Além das iniciativas governamentais, também os sindicatos, entidades privadas, organizações não governamentais (ONGs) e entidades representativas da sociedade civil devem colaborar para a erradicação do trabalho infantil, no Brasil e no mundo.

\*\*\*\*\*

### **Ação normativa internacional da OIT<sup>3</sup>**

O trabalho infantil começou a ser discutido no âmbito internacional com o processo de expansão e harmonização do direito do trabalho no final do século XIX que deu origem à criação da OIT em 1919. Entre as primeiras normas aprovadas nesse ano, estavam a Convenção No. 5 sobre idade mínima na indústria, e a Convenção No. 6, sobre trabalho noturno de jovens na indústria. No ano seguinte, a Convenção No. 10 tratou da idade mínima na agricultura. Na década de trinta, mais três convenções trataram de idade mínima, incluindo duas revisões dessas normas anteriores.

A mais importante é a Convenção No 138 de 1973 que incorporou outras anteriores e que estabeleceu de forma relativamente flexível a idade mínima (geral) de trabalho, permitindo: ratificar com 14 ou mais anos (dependendo das condições socio-econômicas e da decisão do Estado membro); aumentar posteriormente (mas não diminuir) a idade mínima (geral); e definir no âmbito nacional várias possíveis exceções (de acordo com os Artigos 6, 7 e 8 dessa Convenção) à idade mínima (geral) estabelecida na carta de ratificação dessa Convenção. Por exemplo, menciona, em seu Artigo 6, que o trabalho em família e trabalho para educação e formação, em certas condições, bem como trabalhos leves e trabalho artístico são permitidos sob certas condições que envolvam a anuência das autoridades nacionais competentes, sempre que em consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores, e que, no âmbito de definição nacional, não comprometam o desenvolvimento educacional, físico, e psíquico das crianças e jovens adolescentes. Esta qualificação é fundamental, já que, como dispõe a Convenção 182 (vide abaixo), nem todas as formas de trabalho em família, como em certas atividades insalubres, nem todos os trabalhos leves, como pornografia, tráfico de drogas, ou prostituição são toleráveis para menores.

Nos primeiros 12 anos, de 1974 a 1987, a Convenção 138 foi ratificada por 36 Estados membros, enquanto que nos 13 anos seguintes, de 1988 a 2001 (julho), obteve mais 75 ratificações. Esse grande aumento de ratificações reflete o fato que é a partir do início dos anos 90, que o trabalho infantil readquire ênfase na agenda internacional. Uma seqüência de iniciativas contribuíram para isso.

Em 1992, a OIT lançou o Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC), que se iniciou em seis países, entre eles o Brasil, e que hoje cobre uma rede de 90 países, com envolvimento de entidades governamentais e não governamentais e, com o apoio e/ou atividades suplementares de outras agências internacionais, especialmente o UNICEF e, em menor grau, o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Em 1993, o Conselho de Administração da OIT criou o “Grupo de Trabalho ad hoc sobre os Aspectos Sociais da Liberalização do Comércio” (hoje chamado “...da Globalização”). As propostas de cláusulas sociais foram debatidas nesse fórum, mas estancaram por falta de consenso. No âmbito das sessões posteriores desse fórum e de outras conferências internacionais, foi amplamente reconhecido que a sustentabilidade do processo de globalização necessitaria de um patamar mínimo de princípios fundamentais e direitos no trabalho através dos instrumentos existentes da OIT.

Em 1994-95, o Conselho de Administração definiu as Convenções referentes aos princípios fundamentais: a 87, sobre liberdade de associação; 98, sobre negociação coletiva; 100 e 111, sobre igualdade e não discriminação; 29 e 105, sobre trabalho forçado. Curiosamente, as deliberações tripartites do Conselho não incluíram a Convenção 138 entre as fundamentais.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Baseado em Armand F. Pereira: Combate ao trabalho infanto-juvenil: Avanços e desafios (papel de discussão, OIT, Brasília, outubro 2001).

<sup>4</sup> Foram ainda acrescentadas quatro convenções sobre política do emprego, duas sobre inspeção do trabalho e uma sobre consulta tripartite sobre normas, que no ano seguinte seriam excluídas da lista das fundamentais, passando para uma segunda categoria de convenções preferenciais.

*Em 1995, os chefes de Estado reunidos na Cúpula de Copenhague sobre o Desenvolvimento Social reiteraram o conteúdo mínimo de normas fundamentais de trabalho com base nas seis convenções supracitadas. Porém, a partir dos debates nesse fórum e da cobertura que a mídia internacional lhe concedeu, a opinião pública mundial foi mobilizada para aceitar e incluir a eliminação do trabalho infantil como princípio fundamental no contexto das relações internacionais.*

*Em 1998, a Conferência Internacional do Trabalho aprovou com quase total unanimidade a Declaração da OIT sobre os Princípios Fundamentais e Direitos no Trabalho e seu Seguimento, com base nas linhas traçadas pela Cúpula de Copenhague. A Declaração, que incluiu as seis convenções supracitadas mais a Convenção 138 sobre idade mínima (geral) de trabalho, obriga os Estados membros da OIT (que aceitam a sua Constituição) a respeitar esses princípios e direitos fundamentais, independentemente de terem ou não ratificado as Convenções incluídas. A cobertura da Declaração abrange quatro categorias básicas de princípios e direitos já inseridos nas convenções fundamentais – liberdade de associação e negociação coletiva, eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório, igual remuneração e eliminação de discriminação no emprego e na ocupação, e eliminação e prevenção do trabalho infantil.<sup>5</sup>*

*Em 1999, a OIT aprovou a Convenção No. 182 sobre as piores formas de trabalho infantil com o propósito de suplementar e priorizar (e não de substituir) os esforços de erradicação e prevenção no âmbito da Convenção 138 sobre a idade mínima (geral) de trabalho. A Convenção 182 - que passou também a fazer parte da lista das convenções fundamentais da Declaração da OIT - nasceu da consciência de que, embora todas as formas de trabalho infantil sejam indesejáveis, algumas são hoje absolutamente intoleráveis e sequer justificáveis pelos níveis de desenvolvimento de um país. Por isso, a aprovação dessa Convenção foi praticamente unânime. O seu texto é bastante preciso em pontos essenciais. Por exemplo, o Artigo 1 estabelece que os Estados membros que tenham ratificado essa Convenção "...devem tomar medidas imediatas e eficazes..." e o Artigo 3 estabelece três categorias claras de piores formas de trabalho infanto-juvenil que devem ser abolidas. Estabelece ainda uma quarta categoria de atividades perigosas a serem determinadas por uma comissão tripartite que, no caso brasileiro, originou uma lista de 82 atividades publicadas no Diário Oficial. A Convenção entrou em vigor em 2000, um ano após sua primeira ratificação. O número de ratificações é exemplar em toda a história da OIT. Até 2 de agosto de 2001 (em dois anos), já tinha sido ratificada por 93 Estados membros; em março de 2002 já tinha 116 ratificações .*

*Essa série de ações normativas da OIT tem dado respaldo político e fortalecido os programas, projetos e atividades de cooperação técnica, tanto da OIT, quanto de outras entidades nacionais e internacionais e ONGs a elas associadas. Por sua vez, as atividades do IPEC da OIT no Brasil e outros países, inspiraram e ajudaram a deslançar e a expandir diversas iniciativas e programas, muitas delas hoje até mais importantes em volume de atividades, recursos e impacto que as da OIT. O programa "Criança Esperança" do UNICEF é um exemplo, entre outros. Alguns programas nacionais merecem igual destaque.*

*Em diversos países, observam-se aumentos significativos nos investimentos em educação com apoio do Banco Mundial e dos bancos regionais e nacionais de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a exemplo dos programas de bolsa escola no Brasil e no México, a OIT e a UNCTAD lançaram um programa mundial de promoção de bolsa escola em diversos países. Iniciativas semelhantes têm sido executadas e promovidas por ONGs como a Missão Criança.<sup>6</sup>*

*Entretanto, a crescente ênfase na responsabilidade social das empresas, motivada em grande parte por entidades tais como o Ethos Institute, o Fair Labor Association, o Save the Children, o UNICEF, a*

<sup>5</sup> O seguimento da Declaração inclui um relatório global, intercalando anualmente cada uma dessas quatro áreas. Inclui ainda relatórios anuais requeridos dos Estados membros que não tenham ratificado alguma das convenções fundamentais. O seguimento da Declaração é uma atividade promocional. Não é um sistema de reclamações. Visa promover princípios e direitos na base voluntária, enquanto que os processos de supervisão cuidam dos mesmos princípios, mas com base na monitoria de aplicação de convenções ratificadas.

<sup>6</sup> Esta ONG tem base em Brasília e é presidida pelo ex-governador do Governo do Distrito Federal, Cristóvão Buarque. Suas atividades incluem o programa "Bolsa Cidadã" que coleta contribuições de cidadãos e empresas para subsidiar crianças pobres sob condição de frequência escolar, bem como atividades de cooperação técnica de promoção de bolsa escola em alguns países da África.

*Fundação Abrinq, entre outras, vem promovendo diversas iniciativas voluntárias de empresas, incluindo códigos de conduta, adesão a programas de selos sociais, e apoio a programas de erradicação de trabalho infantil.*

*Inspirado por esse conjunto de iniciativas voluntárias, em julho de 2000, o Secretário Geral da ONU, lançou formalmente o “Global Compact” que conclama as empresas de todo mundo a auxiliar a criação de uma estrutura social e ambiental para apoiar e assegurar a continuidade do processo de liberalização do comércio e de integração mundial com uma participação mais igualitária dos benefícios da chamada “nova economia global”.*

*O Global Compact inclui nove princípios fundamentais: dois sobre direitos humanos, provenientes da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948); quatro sobre o trabalho, provenientes da Declaração da OIT sobre os Princípios Fundamentais e Direitos no Trabalho e seu Seguimento (1998); e três sobre o meio ambiente, provenientes da agenda do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento. O Global Compact não é um código de conduta nem um instrumento de monitoria ou de auditoria por parte do sistema da ONU, mas sim um veículo de promoção de boas práticas empresariais, de intercâmbio de experiências, de fomento de cooperação técnica com as agências internacionais diretamente envolvidas. [As organizações do sistema das Nações Unidas diretamente envolvidas são a OIT, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)].*

#### **4. PERFIL DAS CRIANÇAS E JOVENS ENTRE 5 E 17 ANOS NO BRASIL AO LONGO DA DÉCADA DE 90**

Em 1992, a população do Brasil era 146 milhões de habitantes, dos quais aproximadamente 44 milhões eram crianças e jovens entre 5 e 17 anos de idade, o que corresponde a cerca de 30% da população do período. Em 1995, esta proporção permanece constante, em torno de 29% (44 milhões) de um total de 152 milhões de habitantes. E em 1999, apesar da população ter aumentado para 160 milhões, o grupo de pessoas entre 5 e 17 anos caiu para 42,7 milhões, correspondendo a 26,7% do total da população brasileira daquele período. Estes números mostram que a quantidade de crianças e jovens entre 5 e 17 anos representa uma parcela significativa da população brasileira para a qual os planejadores e os provedores de políticas públicas devem estar atentos. O acompanhamento e a caracterização destas crianças e jovens é de fundamental importância para a elaboração de políticas públicas de combate ao trabalho infantil.

**Tabela 1 – Crianças e Jovens entre 5-17 anos, segundo grupos etários e ano de referência**

	<b>5-11</b>	<b>%</b>	<b>12-15</b>	<b>%</b>	<b>16-17</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1.992</b>	23.850.695	55	13.197.899	30	6.018.448	14	43.670.245
<b>1.993</b>	23.755.329	54	13.790.875	31	6.124.041	14	43.984.067
<b>1.995</b>	23.121.924	54	14.342.498	33	6.519.645	15	43.026.509
<b>1.998</b>	22.264.022	52	13.801.869	32	6.960.618	16	42.796.062
<b>1.999</b>	22.084.654	51	13.734.184	32	6.977.224	16	43.308.785
<b>MÉDIA</b>	23.015.325	53	13.773.465	32	6.519.995	15	43.357.134

Fonte: Elaboração Lumen/ICA PUC Minas a partir de dados do IBGE: PNADs 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

Ao se analisar o número de crianças por faixa etária em 1992, 1993, 1995, 1998 e 1999, é possível perceber que, com o passar do tempo, a proporção de crianças em cada subgrupo etário se manteve relativamente constante. Dentro do intervalo temporal considerado, e entre aqueles que possuem entre 5 e 17 anos, em média, 53% possuem entre 5 e 11 anos, 32% possuem de 12 a 15 anos, e apenas 15% possuem 16 ou 17 anos.

**Tabela 2 – Brasil- Crianças e Jovens entre 5-17 anos, segundo cor/raça e ano de referência**

	<b>Brancas</b>	<b>%</b>	<b>Pardas</b>	<b>%</b>	<b>Pretas</b>	<b>%</b>	<b>Indígenas</b>	<b>%</b>	<b>Amarelas</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1992</b>	21.283.752	48,75	19.493.851	44,65	2.126.408	4,87	36.078	0,08	125.078	0,29	43.658.437
<b>1993</b>	21.579.019	49,07	19.778.584	44,97	2.071.511	4,71	58.194	0,13	171.129	0,39	43.977.064
<b>1995</b>	21.819.499	50,72	19.969.800	46,42	1.977.695	4,60	50.071	0,12	159.999	0,37	43.022.194
<b>1998</b>	21.087.938	49,28	19.481.736	45,53	2.179.775	5,09	119.748	0,28	152.997	0,36	42.791.422
<b>1999</b>	21.092.752	48,71	19.405.718	44,81	2.093.821	4,84	71.234	0,16	127.897	0,30	43.302.857
<b>MÉDIA</b>	21.372.592	49,31	19.625.938	45,28	2.089.842	4,82	67.065	0,16	147.420	0,34	43.350.395

Fonte: Elaboração Lumen/ICA PUC Minas a partir de dados do IBGE: PNADs 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

Em relação à raça/cor observa-se que, em média, 49% das crianças entre 5-17 anos no período entre 1992 e 1999 eram brancas. Em segundo lugar, aparecem as pardas (45% em média), em um distante terceiro lugar aparecem as pretas (4,83%), em quarto lugar aparecem as amarelas (0,34%), e em último aparecem as indígenas, representando em média 0,15% do total de crianças entre 5 e 17 anos no período 1992-1999.

**Tabela 3 - Brasil- Crianças e Jovens entre 5-17 anos, segundo sexo e ano de referência**

	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1992</b>	21.728.389	50,5	21.338.666	49,5	43.067.055
<b>1993</b>	21.918.036	50,2	21.752.209	49,8	43.670.245
<b>1995</b>	22.226.794	50,5	21.757.273	49,5	43.984.067
<b>1998</b>	21.925.446	51,0	21.101.063	49,0	43.026.509
<b>1999</b>	21.687.909	50,7	21.108.153	49,3	42.796.062
<b>MÉDIA</b>	21.897.315	50,6	21.411.473	49,4	43.308.788

Fonte: Elaboração Lumen / ICA PUC Minas de dados do IBGE: PNADs 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

A Tabela 3 demonstra que a proporção de homens e de mulheres é homogênea dentro do grupo de pessoas entre 5-17 anos, apesar do percentual de homens (50,6%) ser ligeiramente superior ao de mulheres (49,4%).

## 5. EVOLUÇÃO DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL NO BRASIL

Um estudo sobre a evolução do trabalho infanto-juvenil no Brasil, ao longo dos anos 90, deve considerar, inicialmente, a totalidade dos trabalhadores infantis e adolescentes brasileiros. No entanto, acredita-se que esse tipo de trabalho é bastante diferenciado por regiões: supõe-se que o trabalho infanto-juvenil seja mais intenso nas regiões mais pobres, embora ocorra também nas regiões onde a população tenha melhor poder aquisitivo. Em decorrência dessa suposição torna-se necessário um estudo desagregado por estados e/ou por macrorregiões de planejamento, dividindo-se também o trabalho infanto-juvenil em doméstico, não-doméstico e remunerado e/ou não remunerado.

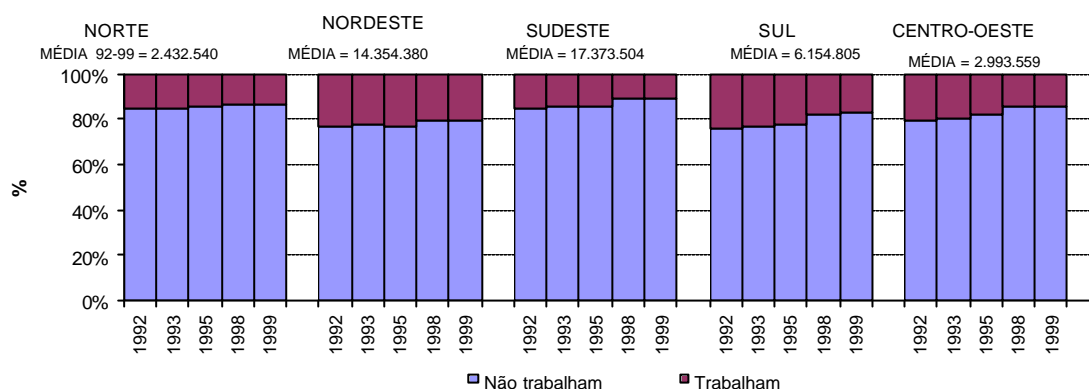
A PNAD tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento sócio-econômico do País. Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características sócio- econômicas da população como: educação, trabalho, rendimento e habitação, além de outras características de periodicidade variável como migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no sistema de pesquisa de acordo com as necessidades de informação para o país. A PNAD é a melhor base de dados para ser utilizada porque além de possuir a maior gama de informações para os casos que serão estudados, também é a que possui tamanho de amostra mais significativo já que a pesquisa cobre todo o País, com exceção da área rural de seis unidades da federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Ressaltamos o fato da PNAD ser realizada anualmente o que a torna excelente fonte de dados para estudos de tendências. Foi a partir de 1992 que o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente na PNAD, possibilitando investigação sobre o trabalho infanto-juvenil, assim definimos que o período de abrangência deste Relatório é de 1992-1999.

No que diz respeito à década de 1990, nos anos de 92, 93, 95, 98 e 99, a pesquisa considerou além dos aspectos gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, os temas de migração, fecundidade e nupcialidade. Estes cinco anos foram aqui considerados como básicos para se observar as características do trabalho infanto-juvenil no Brasil. Alertamos que nos anos de 1996 e 97 o tema trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade não constou da pesquisa básica. Assim, não foi possível estabelecer tendências de sete anos de trabalho infantil para esta faixa etária. Ressaltamos também que o ano de 1994 não foi considerado, uma vez que neste ano a PNAD não se realizou. A tendência dos anos 90 será traçada a partir de cinco anos desta década.

A proporção de crianças dentro de cada macro região (Sudeste, Nordeste, Sul, Centro-Oeste, e Norte) do País acompanha, logicamente, a concentração absoluta de pessoas dentro de cada uma destas regiões. Consequentemente, em média, a maior ocorrência de crianças e jovens no intervalo 5-17 anos está no Sudeste (17,3 milhões), onde se concentram cerca de 40% das crianças e jovens do Brasil.. Em seguida, aparecem as regiões Nordeste (33%), Sul (14%), Centro-Oeste (7%) e Norte, responsável por apenas 5,6% do total de jovens entre 5 17 anos no país.



**Gráfico 1 – Distribuição relativa (%) das pessoas entre 5-17 anos, segundo situação ocupacional, ano e região**



Fonte: Elaboração Lumen/ICA PUC Minas a partir dos dados do IBGE: PNADs 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

O gráfico acima mostra que as regiões Sul e Nordeste são as que apresentam a maior parcela de crianças e jovens envolvidos em algum tipo de atividade. Do total de pessoas entre 5-17 anos que vivem nestas regiões, cerca de 21% trabalham. Nota-se também, que esta proporção vem diminuindo gradualmente em todas as regiões, sendo que esta redução é mais intensa no Centro-Oeste e mais lenta no Nordeste, onde esta proporção se mantém quase constante entre 1992 e 1999.

**Tabela 4 – Brasil – Taxas de crescimento e número de pessoas entre 5-17 anos, segundo o tipo de trabalho e o ano de referência (1.992-1.999)**

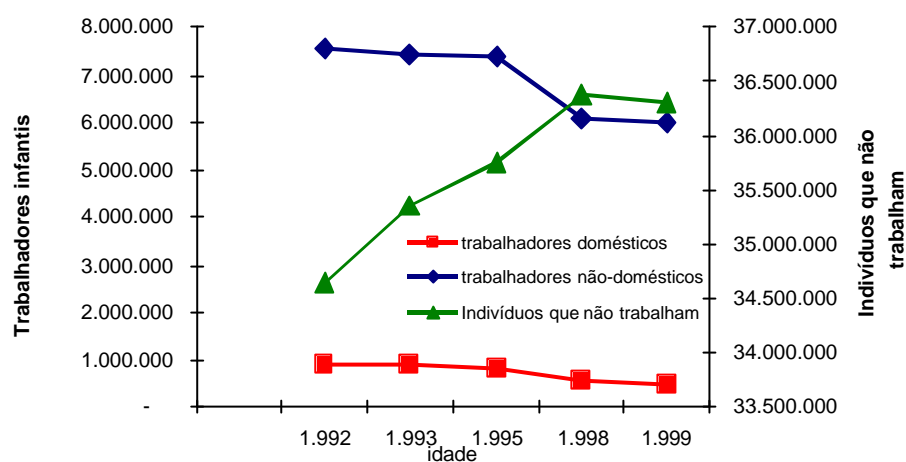
ano de referência	trabalhadores domésticos	taxa de crescimento	trabalhadores não-domésticos	taxa de crescimento	Indivíduos que não trabalham	taxa de crescimento
1.992	882.807	1,256	7.540.641	-1,620	34.643.607	2,062
1.993	893.898	-7,301	7.418.493	-0,182	35.357.854	1,110
1.995	828.636	-32,387	7.404.987	-17,785	35.750.444	1,756
1.998	560.267	-10,250	6.088.002	-1,611	36.378.240	-0,206
1.999	502.839		5.989.906		36.303.317	
Média anual Do período	733.689	-6,95	6.888.406	-3,03	35.686.692	0,67

FONTE: Elaboração Lumen/ a partir dos dados do IBGE: PNADs 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

Nos anos aqui considerados (Tabela 4) pode-se afirmar que, em média, 7.622.095 pessoas entre 5 e 17 anos realizavam algum tipo de trabalho (remunerado ou não) no Brasil. Destas,

9,6% (733.689) estavam envolvidas em algum tipo de atividade doméstica, enquanto o restante das crianças se dedicavam a outras modalidades de trabalho.

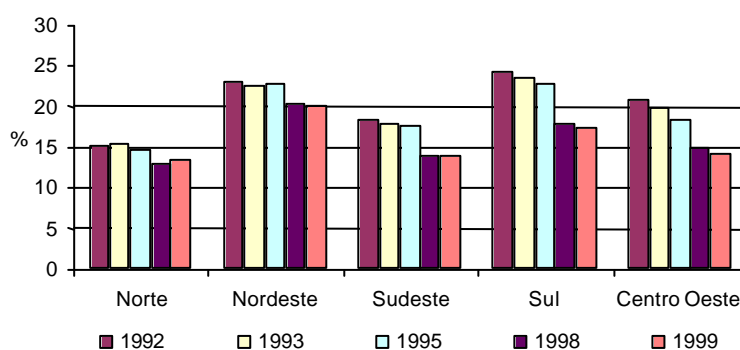
**Gráfico 2 – Tendência do trabalho infantil e dos que não trabalham, segundo o ano de referência**



Fonte: Elaboração Lumen/ICA PUC Minas a partir das PNADs 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

Considerando os dados das PNAD's 1992, 1993, 1995, 1998 e 1999 (Tabela 4), observa-se que entre 1992 e 1993 o trabalho infantil doméstico cresceu 1,26%. Entretanto, nos demais períodos essa taxa de crescimento foi negativa, contribuindo para a redução deste mesmo tipo de atividade ao longo do período considerado. Em média, entre 1992 e 1999, o trabalho doméstico destas crianças diminuiu 7,0% ao ano. No caso dos outros tipos de trabalho, o decréscimo médio anual observado é igual a 3,0% ao ano. Por outro lado, a proporção de crianças e jovens que não trabalhavam aumentou, em média, 0,7% ao ano entre 1992 e 1999, demonstrando que tem ocorrido uma redução das crianças e jovens envolvidos em algum tipo de trabalho.

**Gráfico 3 – Evolução da taxa de atividade da população entre 5-17 anos**



Fonte: Elaboração Lumen/ICA PUC Minas a partir das PNADs 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

Em se observando a evolução da taxas de atividade por ano das macro regiões do país, constata-se um diferencial significativo entre elas. De 1992 a 1995, a maior ocorrência de trabalho infantil estava na região Sul e no Nordeste. Enquanto que de 1995 em diante pode-se observar as maiores taxas de atividade nas regiões Nordeste e Sul, respectivamente.<sup>7</sup> Visualmente, observa-se ainda que as maiores quedas do trabalho infanto-juvenil entre 1992 e 1999 ocorrem nas regiões Sul e Centro-Oeste.

---

<sup>7</sup> Deve-se lembrar que como a região Norte não considera a área rural, as suas taxas de atividade podem estar subestimadas.

## 6. CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DOS TRABALHADORES

### Sexo

**Tabela 5 – Brasil – Razão de sexo (homens/mulheres), segundo o tipo de trabalho, o ano e a região do País (1.992-1.999)**

Região	Ano	Domésticos	Não-domésticos	Pessoas que não trabalham
<b>Norte</b>	<b>1992</b>	0,04	3,79	0,87
	<b>1993</b>	0,04	3,76	0,86
	<b>1995</b>	0,04	4,00	0,90
	<b>1998</b>	0,04	2,89	0,92
	<b>1999</b>	0,05	3,51	0,92
<b>Nordeste</b>	<b>1992</b>	0,05	2,65	0,81
	<b>1993</b>	0,05	2,61	0,86
	<b>1995</b>	0,08	2,51	0,84
	<b>1998</b>	0,07	2,57	0,87
	<b>1999</b>	0,05	2,44	0,86
<b>Sudeste</b>	<b>1992</b>	0,08	2,62	0,93
	<b>1993</b>	0,06	2,58	0,90
	<b>1995</b>	0,06	2,64	0,93
	<b>1998</b>	0,06	2,43	0,99
	<b>1999</b>	0,05	2,47	0,97
<b>Sul</b>	<b>1992</b>	0,04	2,18	0,88
	<b>1993</b>	0,08	1,98	0,87
	<b>1995</b>	0,04	1,95	0,90
	<b>1998</b>	0,07	2,19	0,93
	<b>1999</b>	0,04	1,98	0,92
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1992</b>	0,04	3,72	0,88
	<b>1993</b>	0,05	3,69	0,86
	<b>1995</b>	0,07	3,11	0,88
	<b>1998</b>	0,04	2,83	0,91
	<b>1999</b>	0,04	3,04	0,95
<b>MÉDIA</b>		0,05	2,81	0,90

Fonte: Elaboração Lumen/ICA PUC Minas a partir de IBGE: PNADs 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

Ao olhar para a divisão por sexo do trabalho doméstico, observa-se que a maioria é de mulheres. Considerando-se o período 1992-1999, em média, no Brasil, de cada 100 pessoas entre 5-17 anos envolvidas em atividades domésticas, 95 são do sexo feminino e apenas 5 são do sexo masculino. Nota-se também que esta proporção mantém-se mais ou menos constante quando se desagrega o país em macro regiões.

Por outro lado, nas atividades não domésticas esta relação se inverte, já que a quantidade de meninos passa a predominar sobre a de meninas envolvidas em atividades não domésticas. No Brasil, em média, entre 1992-1999, 73% das crianças e jovens envolvidas em trabalhos não domésticos são do sexo masculino, sendo esta proporção ainda mais acentuada na região Norte (78%) e Centro-Oeste (77%), enquanto que as regiões Nordeste (72%), Sudeste (72%) e Sul (67%) apresentam proporções de meninos envolvidos em atividades não domésticas inferiores à média nacional.

### Faixa etária

**Tabela 6 – Brasil – Trabalhadores domésticos, não-domésticos e indivíduos que não trabalham, segundo grupos etários selecionados (1.992-1.999)**

		Domésticos	% de participação entre os domésticos	Não-domésticos	% de participação entre os não domésticos	Pessoas que não trabalham	TOTAL de crianças
1992	5-11	51.186	0,06	1.507.992	0,20	22.291.847	23.851.025
	12-15	438.323	0,50	3.401.287	0,45	9.358.289	13.197.899
	16-17	393.298	0,45	2.631.362	0,35	2.993.471	6.018.131
1993	5-11	33.172	0,04	1.426.195	0,19	22.295.962	23.755.329
	12-15	450.531	0,50	3.364.635	0,45	9.975.709	13.790.875
	16-17	410.195	0,46	2.627.663	0,35	3.086.183	6.124.041
1995	5-11	29.696	0,04	1.340.460	0,18	21.751.768	23.121.924
	12-15	417.938	0,50	3.359.870	0,45	10.564.690	14.342.498
	16-17	381.002	0,46	2.704.657	0,37	3.433.986	6.519.645
1998	5-11	19.042	0,03	1.022.604	0,17	21.222.376	22.264.022
	12-15	225.310	0,40	2.640.296	0,43	10.936.263	13.801.869
	16-17	315.915	0,56	2.425.102	0,40	4.219.601	6.960.618
1999	5-11	10.787	0,02	1.012.178	0,17	21.061.689	22.084.654
	12-15	219.530	0,44	2.600.771	0,43	10.913.883	13.734.184
	16-17	272.522	0,54	2.376.957	0,40	4.327.745	6.977.224

Fonte: Elaboração Lumen/ ICA Puc Minas a partir de IBGE: PNADs 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

Contrariando o Estatuto da Criança e do Adolescente, que admite o trabalho infantil acima de 14 anos, desde que a criança se encontre na condição de aprendiz, verificamos que em todos os anos considerados nessa pesquisa a maior incidência do trabalho infantil encontra-se entre as crianças e jovens com idades compreendidas entre 12 e 15 anos de idade.

Desagregando-se os tipos de trabalho em faixas etárias, percebe-se que, em 1992, 1993 e 1995, entre os trabalhadores domésticos, predominava a incidência do grupo etário entre 12-15 anos, responsáveis por quase 50% das pessoas dentro do grupo etário 5-17. Entretanto, em 1998 e 1999, o grupo de 16-17 anos passam a representar a maioria dos

trabalhadores domésticos, sendo responsáveis, em média, por aproximadamente 55% destes mesmos trabalhadores. Deve-se chamar a atenção para o fato de que, mesmo estando agrupados em intervalos etários distintos, o grupo de 16-17 anos representa uma parcela significativa de todos aqueles que estavam envolvidos em algum tipo de atividade, seja ela doméstica ou não. O fato de grupos etários superiores representarem parcelas maiores de pessoas envolvidas em algum tipo de atividade reflete o fato de que quanto mais velha a criança, maior a sua chance de se envolver em algum tipo de atividade. Entre os trabalhadores não domésticos, grupo responsável pela maior parte do trabalho infantil, vale ressaltar a predominância dos grupo etário de 12-15 anos, independentemente do ano analisado. Em média, este grupo de idade representa 44% do total de pessoas envolvidas em atividades não domésticas, enquanto o grupo de 5 à 11 equivale à aproximadamente 18%, e o de 16-17 à 38%. Por fim, em relação aos que não trabalham pode-se afirmar que os dados obtidos reforçam a relação inversa existente entre idade e a inserção no mercado de trabalho. Em outras palavras, quanto mais velha for a criança, maior será a chance de engajar-se em algum tipo de trabalho.

No período que compreende 1992-1999, observa-se que as trabalhadoras domésticas iniciaram a atividade de trabalho em sua maioria na faixa etária de 12 a 15 anos, sendo o menor índice registrado o da região Centro-Oeste com 48% em 1993. Em segundo lugar encontramos a faixa etária de 5 a 11 anos, sendo que no ano de 1998 as regiões Sudeste e Sul apresentaram o menor índice de crianças trabalhando na faixa de 5 a 11 anos de idade com 23% cada. Em terceiro lugar registra-se a faixa de 16 a 17 anos com maior índice na região Sudeste em 1998-14%. No grupo de trabalhadores infanto-juvenis não domésticos a faixa etária de início do trabalho é a de 5 a 11 anos de idade em todas as regiões pesquisadas, exceto na região Sudeste. Nesta região a faixa etária de início do trabalho que obteve maior registro foi a de 12 a 15 anos no intervalo de tempo estudado.

De forma geral, mesmo sabendo que a erradicação do trabalho infantil se encontra distante da nossa realidade, parece que a conscientização, mobilização e ações concretas dos variados atores nacionais, na defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente e na campanha para a implementação das Convenções 138 e 182 da OIT, têm contribuído para a redução do trabalho infantil no Brasil, especialmente entre aqueles com menos de 15 anos de idade. Os dados observados a partir das PNADs mostram que o número absoluto de jovens trabalhadores vem diminuindo em todos os grupos etários, independentemente do tipo de trabalho realizado.

## Faixa etária que iniciou o trabalho

**Tabela 7 – Brasil – Idade em que os trabalhadores domésticos e não domésticos, entre 5-17 anos, começaram a trabalhar (1.992-1.999)**

		Domésticos	% de Início entre os domésticos	Não-domésticos	% de Início entre os não domésticos	TOTAL
<b>1992</b>	<b>5-11</b>	328.740	0,38	4.107.713	0,59	4.436.453
	<b>12-15</b>	488.352	0,56	2.518.098	0,36	3.006.450
	<b>16-17</b>	56.375	0,06	299.524	0,04	355.899
<b>1993</b>	<b>5-11</b>	332.658	0,37	4.176.580	0,61	4.509.238
	<b>12-15</b>	498.807	0,56	2.382.422	0,35	2.881.229
	<b>16-17</b>	57.187	0,06	318.456	0,05	375.643
<b>1995</b>	<b>5-11</b>	282.807	0,35	4.002.561	0,58	4.285.368
	<b>12-15</b>	483.753	0,59	2.509.507	0,37	2.993.260
	<b>16-17</b>	52.934	0,06	362.092	0,05	415.026
<b>1998</b>	<b>5-11</b>	167.355	0,30	3.188.820	0,56	3.356.175
	<b>12-15</b>	329.006	0,59	2.116.104	0,37	2.445.110
	<b>16-17</b>	59.876	0,11	385.092	0,07	444.968
<b>1999</b>	<b>5-11</b>	152.428	0,30	3.177.165	0,57	3.329.593
	<b>12-15</b>	291.178	0,58	2.052.391	0,37	2.343.569
	<b>16-17</b>	58.347	0,12	384.735	0,07	443.082

Fonte: Elaboração Lumen / ICA PUC Minas a partir de IBGE: PNADs 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

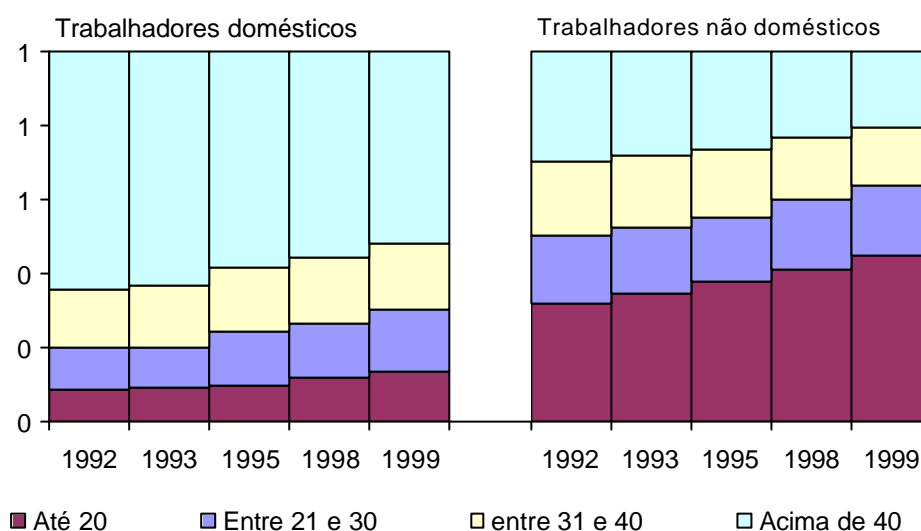
Entre 1992-1999, analisando-se a idade em que as crianças e jovens de 5-17 anos começaram a trabalhar, observa-se que, entre os trabalhadores domésticos, a maioria, aproximadamente 58% do total, começa a trabalhar entre os 12 e os 15 anos de idade. Em segundo lugar aparecem aqueles que iniciaram a atividade de trabalho entre 5-11 anos de idade. Aproximadamente 34% das crianças e jovens começam a trabalhar dentro desta faixa etária. Por último, observa-se que, dentro do período considerado, cerca de 8% das pessoas começam a trabalhar entre 16 e 17 anos.

Entre os trabalhadores não domésticos, a situação é um pouco diferente. Entre estes, a maioria começa a trabalhar entre os 5 e os 11 anos de idade (em média, 58%). Observa-se também que, dentro do período considerado, 1992-1999, em média, 35% do total de pessoas entre 5-17 anos de idade começam a trabalhar entre 12 e 15 anos de idade, enquanto a minoria (cerca de 7%) começa a trabalhar apenas entre os 16-17 anos de idade.

Portanto, pode-se dizer que, entre aqueles que possuíam entre 5-17 anos de idade no ano de referência, a maioria dos trabalhadores domésticos começa a trabalhar entre 12 e 15 anos, enquanto que a maioria dos não domésticos ingressa no mercado de trabalho mais cedo, entre os 5 e os 11 anos de idade.

## Jornada de trabalho

**Gráfico 4 – Pessoas entre 5-17 anos, segundo o número de horas trabalhadas por semana e o tipo de trabalho**



Fonte: Elaboração Lumen/ICA PUC Minas a partir dos dados do IBGE: PNADs 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

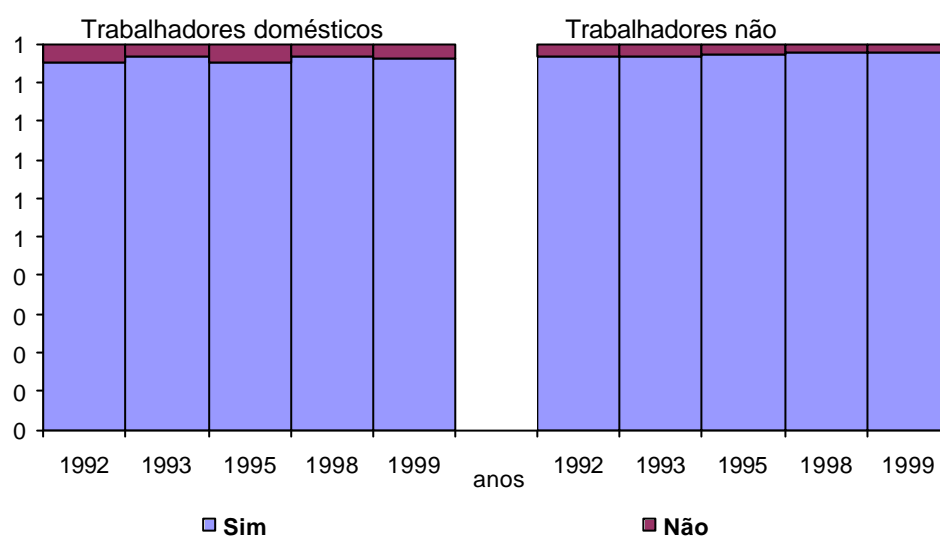
Em relação à carga horária semanal desses trabalhadores, observa-se que, entre os que exercem atividades domésticas, a maioria possui jornadas de trabalho superiores a 40 horas semanais. Na média do período 1992-1999, cerca de 59% realizavam trabalhos domésticos com jornadas superiores a 40 horas semanais. Entretanto, a tendência da década de 90 indica que vem ocorrendo uma gradativa redução deste percentual. Em 1992, por exemplo, 64,5% dos trabalhadores domésticos trabalhavam mais de 40 horas por semana, enquanto que 1999 essa proporção altera-se para 52%. Em contrapartida, a tendência dos trabalhadores domésticos que trabalham até 20 horas por semana tem aumentado ao longo do tempo. Em 1992, apenas 8,65% destes trabalhadores dedicavam até 20 horas semanais às suas atividades laborais, enquanto que em 1999 esse percentual altera-se para 13,44%.

Entre os trabalhadores não domésticos observa-se que a maioria trabalha até 20 horas por semana. Em média, 38% dos trabalhadores não domésticos considerados dentro do período analisado trabalham até 20 horas por semana. Em segundo lugar aparecem aqueles que trabalham em atividades não domésticas por mais de 40 horas (26%), e por último aqueles que se dedicam entre 21 e 30 horas por semana às atividades não domésticas.



## Mãe viva

**Gráfico 5 – Percentual de pessoas entre 5-17 anos cuja a mãe estava viva no dia da entrevista, segundo o ano e o tipo de trabalho realizado, 1992-1999**

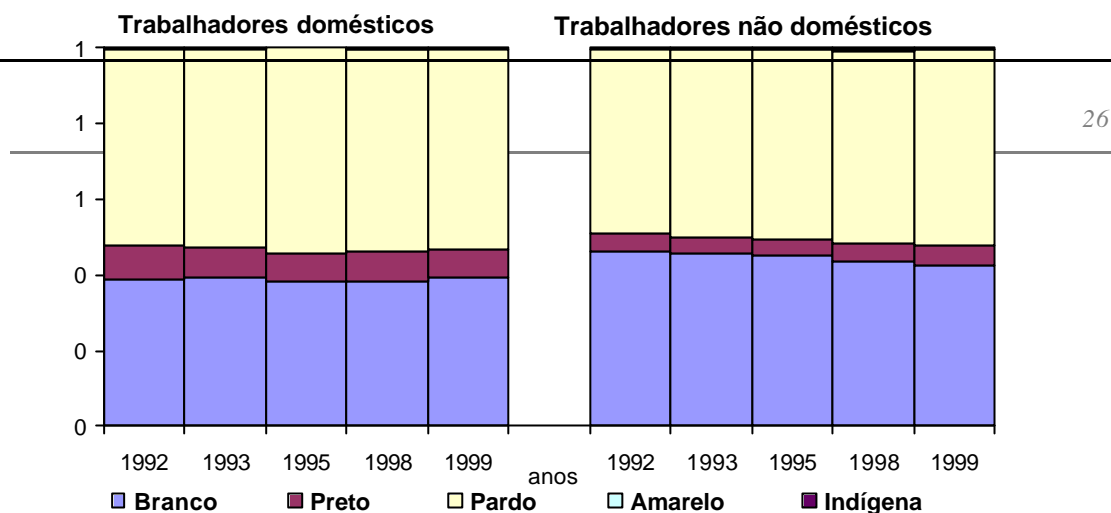


Fonte: Elaboração Lumen/ICA PUC Minas a partir dos dados do IBGE: PNADs 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

O fato da mãe estar viva<sup>8</sup> exerce uma influência diferenciada sobre a proporção de pessoas entre 5-17 anos envolvidas em atividades domésticas e aquelas envolvidas em outros tipos de atividade laboral. O que se observa é que a proporção de crianças e jovens cujas mães já faleceram é maior entre aquelas que executam atividades domésticas. Em 1992, cerca de 5% dos trabalhadores domésticos não tinham mãe viva, enquanto que em 1999 essa proporção é igual à 3,74%. Comparando-se com aqueles que estavam trabalhando em atividades não domésticas, têm-se que em 1992, 3,1% das pessoas sem mãe viva estavam trabalhando, enquanto que em 1999 este percentual reduz-se para 2,27%.

No intervalo de tempo de 1992-97, observa-se que a grande maioria de crianças e adolescentes trabalhadoras domésticas tem mães vivas, sendo o menor índice encontrado no período o da região Nordeste com aproximadamente 94% em 1995, e o maior índice o da região Centro-Oeste com 98% em 1999. O ano de 1999 apresenta os maiores índices de mães vivas nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e sul, com pequena variação para as regiões Nordeste e norte. Entre os trabalhadores infanto-juvenis não domésticas a porcentagem de

<sup>8</sup> A pergunta feita na PNAD é se tinha ou não a mãe viva no período de referência, ou seja, no dia em que foi realizada a entrevista.



mães vivas é também elevada sendo o maior índice registrado nas regiões Sul e Centro-Oeste com 98% nos anos de 1998 e 1999 respectivamente; e o menor índice foi o da região Centro-Oeste com 96% em 1992. No que se refere às crianças e adolescentes que não trabalham o menor índice registrado foi de aproximadamente 97% na região Norte no ano de 1993.

Em síntese, como a proporção de trabalhadores domésticos com mães falecidas é superior à proporção daqueles envolvidos em atividades não domésticas, pode-se inferir que a ausência materna pode ser importante na determinação do trabalho doméstico.

## Raça/cor

### Gráfico 6 – Percentual de pessoas entre 5-17 anos, segundo raça/ cor e o tipo de trabalho, 1992-1999

Fonte: Elaboração Lumen/ICA PUC Minas a partir dos dados do IBGE: PNADs 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

Quanto à distribuição dos trabalhadores por raça/cor, verifica-se uma tendência em todas as regiões num percentual maior de negros e pardos no trabalho doméstico em relação aos outros dois grupos, não trabalhadores domésticos e não trabalham com uma flutuação pequena na década, mas com o mesmo acento racial.

Na região Centro-Oeste a cor/raça de maior incidência entre os trabalhadores domésticos infanto-juvenis é de pardos com variação de 54%(1992) a 63% (1995 a 1999) aproximadamente; em segundo lugar registra-se a cor branca com variações entre 31% (1999) a 38,5% (1992 a 1993) aproximadamente. Quanto aos trabalhadores não domésticos os pardos tem maior incidência com variações de 54% (1993 e 1999) a 56% (1995) aproximadamente, em segundo lugar aparecem os brancos com variações de 38% (1998 e 1999) a 41% (1993). Entre a população infanto-juvenil que não trabalha pardos e brancos também se sobressaem os primeiros com variação de 50% (1995) a 52% (199e,93,99) e os segundos com 44% a 47% aproximadamente.

No Nordeste os pardos oscilam de 68% a 73%em toda a década e os brancos oscilam de 17% a 24%.

No Norte a maioria de trabalhadores domésticos são pardos com índices que variam de 74% a 80%; é expressivo o número de brancos com variação de 17% a 20% aproximadamente. Entre os trabalhadores não domésticos também os pardos ocupam o primeiro lugar com variações entre 72% e 76% aproximadamente. Os brancos aparecem em segundo lugar com variações percentuais de 21% a 25%. A maioria de crianças e adolescentes que não trabalham são também pardos com variações de 67% a 71%, os brancos vêm em segundo lugar com variações de 26% e 27%.

Na região Sudeste a variação entre brancos e pardos é a seguinte: os brancos variam de 44% a 53%, e os pardos de 36% a 44%. Cabe registrar que o índice de negros se eleva entre os trabalhadores domésticos, oscilando entre 10% e 11%.

No Sul os trabalhadores domésticos são em sua maioria brancos com variação de 68% a 75%; em segundo lugar vem os pardos com variação de 21% a 23% aproximadamente. Os trabalhadores não domésticos variam de 81% a 84% na cor branca. Os pardos variam de 13% a 16%. As crianças e adolescentes que não trabalham são em sua maioria brancas com índice de aproximadamente 81% na década. Os pardos variam de 14% a 16%.

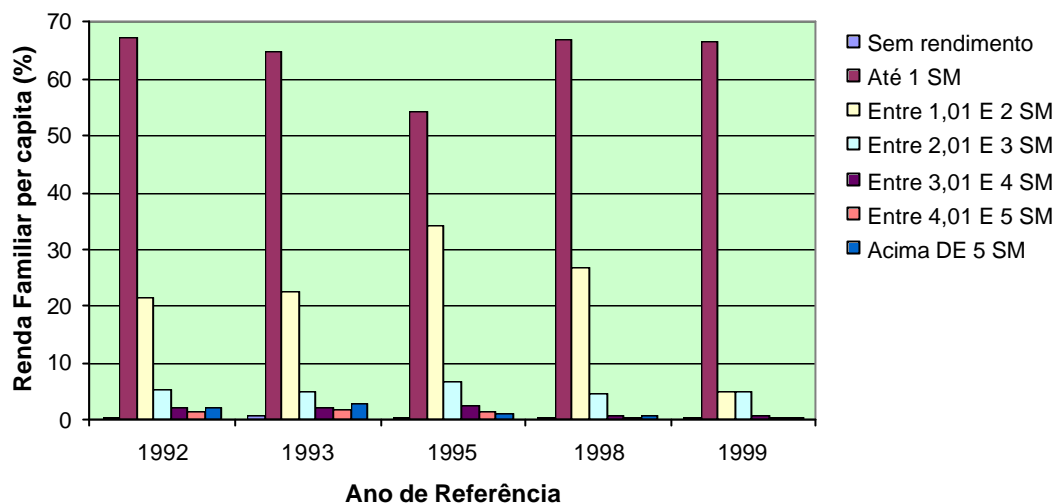
### **Renda dos Trabalhadores domésticos**

Se considerarmos o total de trabalhadores infantis, no Brasil, entre 1992 e 1999, percebemos que mais de 50% das crianças tinham idade entre 5 e 11 anos. Dentre elas, mais de 60% não recebiam qualquer tipo de remuneração e dentre aquelas que exerciam atividades remuneradas, o trabalho não-doméstico é predominante. O trabalho doméstico se torna mais expressivo entre as crianças com idade superior a 12 anos, sendo que mesmo nesse grupo etário há evidências de exploração do trabalho infantil, tendo em vista o número de crianças não remuneradas.

Quanto ao trabalho remunerado (dinheiro ou coisas) os trabalhadores infanto-juvenis domésticos encontram-se em posição privilegiada em relação aos trabalhadores infantis não domésticos. Pela análise dos dados, verifica-se que na década de 90 não houve muita variação sobre o índice das crianças e adolescente domésticas que recebiam e não recebiam, ficando em torno de 96% para todos os anos. Quanto aos trabalhadores infanto-juvenis não domésticos este índice ficou muito aquém, permanecendo em torno de 45% na década, com acento negativo para o ano de 1999 onde o percentual dos que recebiam ficou em 41,85%.

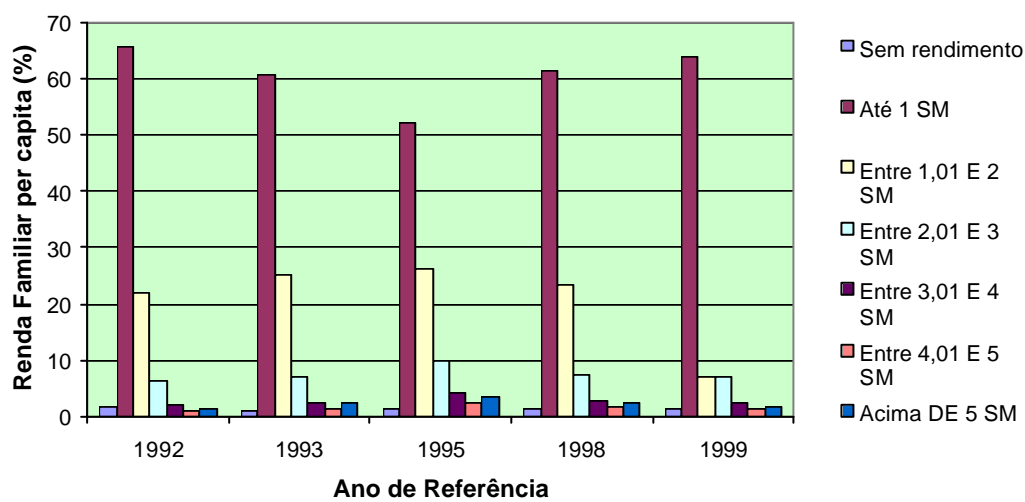
A grande maioria de trabalhadoras domésticas recebe remuneração pelo trabalho que realizam em todas as regiões do país no período de 1992-99. O melhor índice encontrado foi o da região Centro-Oeste com 99% de trabalho remunerado nos anos de 1998-99. O pior índice registrado é o da região Norte com 90% de trabalho remunerado nos anos de 1992, 93 e 98. Entre os trabalhadores infanto-juvenis não domésticos a maioria não é remunerada sendo o Nordeste a região que menos remunera seus trabalhadores com índice que atinge até 73% em 1999. O Sudeste é a região que mais remunera os trabalhadores infanto-juvenis não domésticos, atingindo o índice de 68% em 1995.

**Gráfico 7 – Renda familiar per capita dos trabalhadores domésticos**

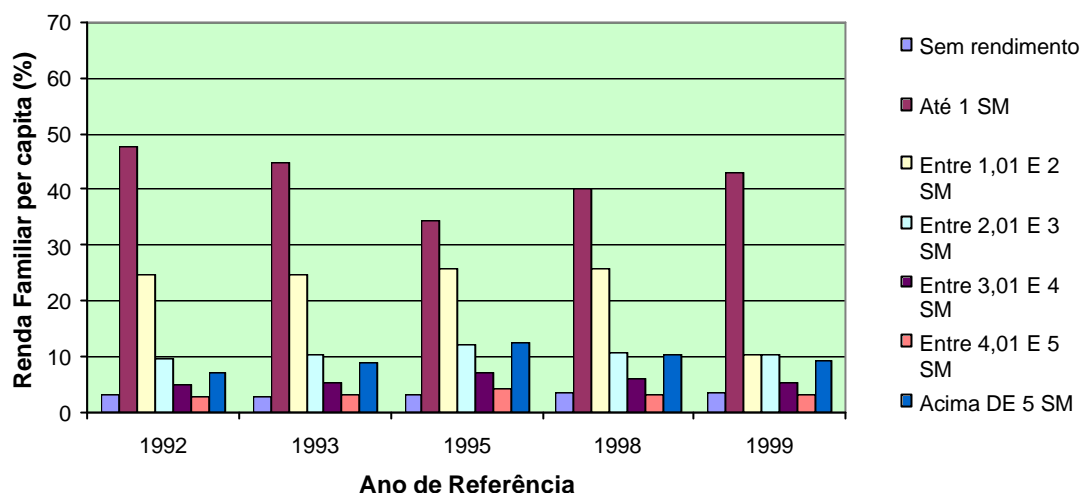


Fonte: Elaboração Lumen/ICA PUC Minas a partir dos dados do IBGE: PNADs 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

**Gráfico 8 – Renda familiar per capita dos trabalhadores não domésticos**



Fonte: Elaboração Lumen/ICA PUC Minas a partir dos dados do IBGE: PNADs 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

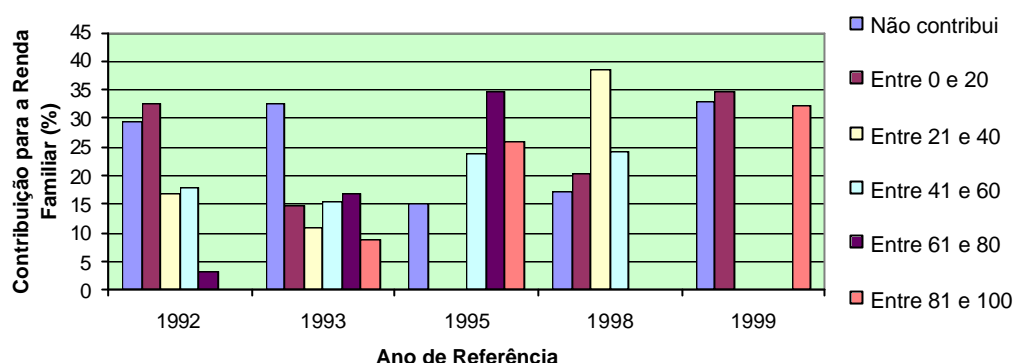
**Gráfico 9 – Renda familiar per capita das crianças e adolescentes**

Fonte: Elaboração Lumen/ICA PUC Minas a partir dos dados do IBGE: PNADs 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

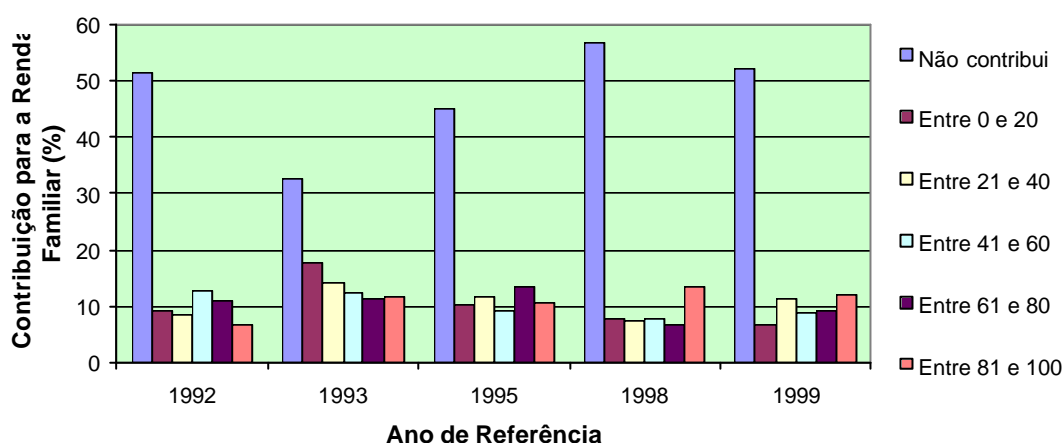
Olhando-se para o cruzamento entre a renda per capita familiar mensal e o tipo de trabalho exercido pelas crianças e jovens entre 5-17 anos, percebe-se que a maioria dos trabalhadores infantis (domésticos e não domésticos) vive em famílias que recebem até 1 salário mínimo per capita. Dentro do período considerado, 1992-1999, em média, entre os trabalhadores domésticos, 64% encontram-se dentro da faixa de renda que recebe até 1 salário mínimo per capita. Entre os não domésticos este percentual é igual a 60,7%, e entre os que não trabalham cerca de 42% das pessoas entre 5-17 anos possuem renda familiar mensal per capita igual a 1 salário mínimo.

Se se considerar as regiões do país separadamente, o percentual de trabalhadores infantis que recebem até um salário mínimo é superior à média do país na região Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Em 1992, por exemplo, 75,5% dos trabalhadores domésticos que viviam no Nordeste recebiam até 1 salário mínimo. 70,8% viviam na região Norte, e 68,38% viviam no Centro-Oeste.

Em síntese, o que estes números dizem é que os indivíduos que trabalham situam-se em faixas de renda inferiores às daqueles que não trabalham, principalmente quando consideram-se as pessoas que recebem até 1 salário mínimo. Como corolário, pode-se especular sobre a existência de algum tipo de relação causal entre o nível de renda e a oferta de mão de obra dos jovens entre 5-17 anos, já que a incidência de trabalhadores em faixas de renda inferiores a 1 salário mínimo é elevada.

**Gráfico 10 – Contribuição para a renda familiar dos trabalhadores domésticos**

Fonte: Elaboração Lumen/ICA PUC Minas a partir dos dados do IBGE: PNADs 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

**Gráfico 11 – Contribuição para a renda familiar dos trabalhadores não domésticos**

Fonte: Elaboração Lumen/ICA PUC Minas a partir dos dados do IBGE: PNADs 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

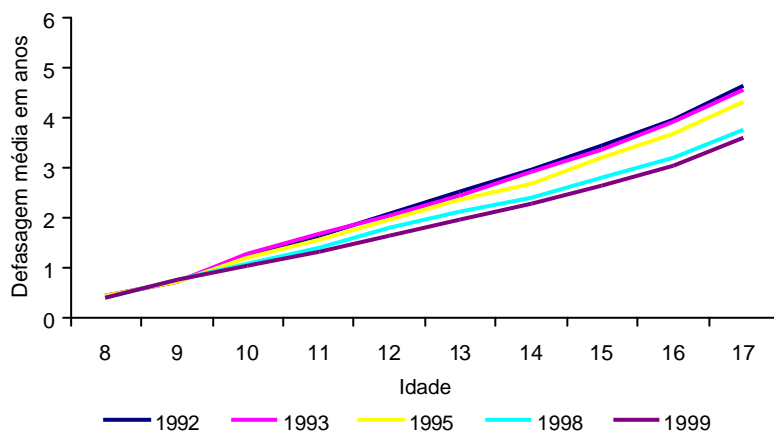
A participação das crianças e jovens na renda familiar mostra que, entre os que realizavam atividades não domésticas ao longo da década de 90, em média, a maioria não contribuía para a renda familiar, provavelmente porque tinham rendimento nulo, ou então porque tinham o seu rendimento em mercadorias. Entre estes trabalhadores, é curioso observar também que em média, no período 1992-1999, cerca de 11% dos trabalhadores eram responsáveis por 80 a 100% da renda familiar, provavelmente porque ocupavam a posição de chefe, constituíam família com apenas uma pessoa ou então porque eram a única fonte de renda da família.

Entre os trabalhadores domésticos, vale notar que as contribuições percentuais para a renda familiar são muito variáveis ao longo da década de 90, não apresentando um padrão claro de redução ou aumento dentre as faixas de contribuição consideradas. Em 1992, por exemplo, 32,67% dos domésticos contribuía com até 20% da renda familiar. Em 1993, o percentual de contribuição para esta mesma faixa cai para 14,87%, em 1995 não há contribuição, em 1998, 20,38% dos trabalhadores domésticos contribuem com até 20% da renda familiar, e em 1999 este número de pessoas é igual a 34,81% dos domésticos.

Analisando-se a contribuição dos indivíduos que trabalham dentro de um contexto macro regional percebe-se que a quantidade de pessoas que contribuem para cada percentual da renda familiar é extremamente diferenciado. Em 1992, por exemplo, 67% dos trabalhadores domésticos contribuía com até 20% da renda familiar na região Centro Oeste, enquanto que na região Norte esta contribuição era nula. Em contrapartida, no Norte 81,5% das crianças e jovens contribuem de 60 a 80% para a renda familiar. Uma possível conclusão destes números é que na região Norte haja mais trabalhadores infantis como arrimo de família do que na região Centro Oeste.

## Escolaridade

**Gráfico 12 - Defasagem “idade série” dos indivíduos entre 8 e 17 anos**

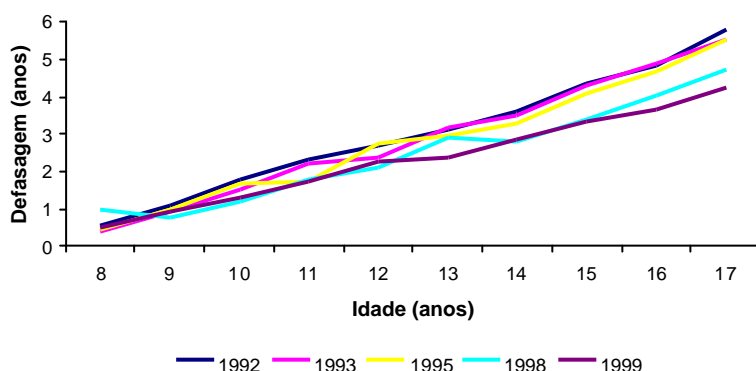


Fonte: Elaboração Lumen/ICA PUC Minas a partir dos dados do IBGE: PNADs 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

A análise da escolaridade estabelece relações importantíssimas com o trabalho infantil de crianças e jovens. A literatura argumenta que, com a idade, estes indivíduos tornam-se mais propensos a trabalharem, ao mesmo tempo em que têm a sua probabilidade de evasão escolar ampliada. Em outras palavras, pode-se afirmar que existe um vínculo inverso entre a probabilidade de estudar e a idade, e um vínculo direto entre a de trabalhar e a idade.

O gráfico 21 mostra que a defasagem média escolar aumenta com a idade. Quanto mais velha for a criança ou o jovem, maior é a diferença entre a sua idade real e a sua idade esperada, ou seja, a idade que ela deveria ter caso fosse um aluno regular. Em outras palavras, se observa que os indivíduos mais velhos são mais atrasados na escola do que os mais jovens. O gráfico 21 mostra também que, apesar de crescente com a idade, a defasagem idade série tem se tornado menor ao longo dos anos. Em 1992, por exemplo, o atraso escolar médio das pessoas entre 5-17 era igual à 2,80 anos, enquanto que em 1999 este mesmo atraso passou para 1,95 anos, representando uma redução de 43,6%.

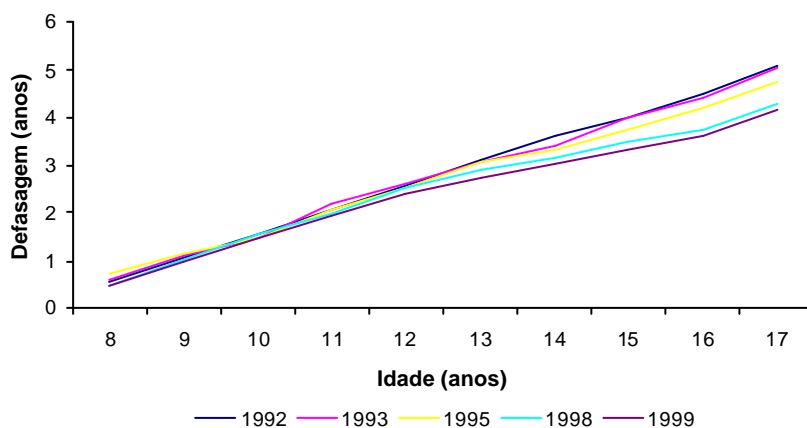
**Gráfico 13 - Defasagem “idade série” dos indivíduos entre 8 e 17 anos envolvidos em atividades domésticas**



Fonte: Elaboração Lumen/ICA PUC Minas a partir dos dados do IBGE: PNADs 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

Entre os trabalhadores domésticos, a defasagem escolar é ainda maior, significando que estes trabalhadores são mais atrasados na escola do que os demais. Esta hipótese também é reforçada pelo fato de parcela significativa destes trabalhadores se dedicarem por mais de 40 horas semanais às suas atividades domésticas, implicando que entre estes trabalhadores a concorrência do trabalho com a escola é maior.

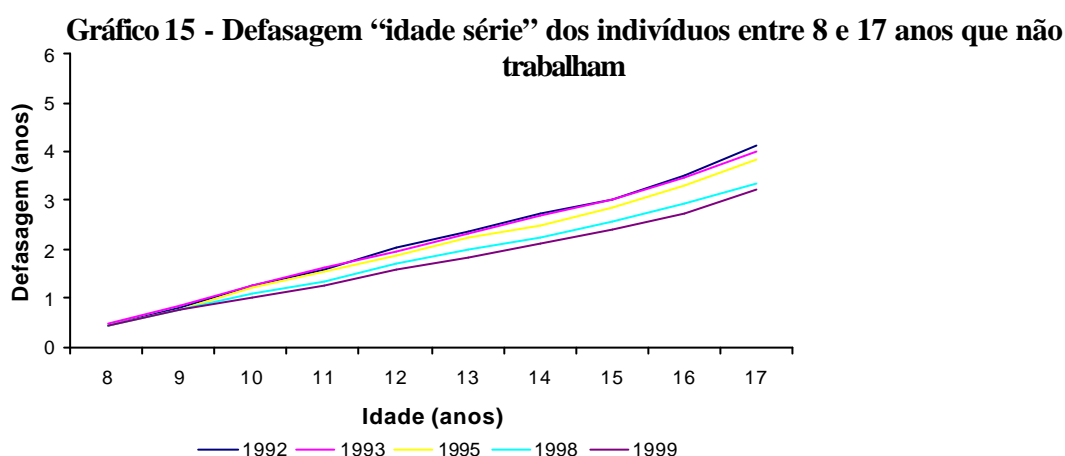
**Gráfico 14 - Defasagem “idade série” dos indivíduos entre 8 e 17 anos envolvidos em atividades não domésticas**





Fonte: Elaboração Lumen/ICA PUC Minas a partir dos dados do IBGE: PNADs 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

Entre os trabalhadores não domésticos, nota-se também uma tendência crescente com a idade e decrescente ao longo dos anos. Entretanto, os valores observados para este grupo de trabalhadores entre 5-17 anos é inferior à observada para aqueles envolvidos em atividades domésticas.



Fonte: Elaboração Lumen/ICA PUC Minas a partir dos dados do IBGE: PNADs 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

Por fim, nota-se pelo gráfico 24 que aqueles que não trabalham são os que apresentam menores graus de atraso, reforçando portanto a hipótese de concorrência entre escola e trabalho na medida em que os que não trabalham são os menos atrasados, enquanto que os envolvidos em algum tipo de atividade laboral apresentam maior defasagem escolar, principalmente quando consideram-se os trabalhadores domésticos, que trabalham mais horas por semana do que os não domésticos.

Desagregando-se a análise por macro regiões do país percebe-se que, entre os trabalhadores domésticos, em média, a região Nordeste é a que apresenta a maior defasagem escolar “série ano”, enquanto a região Sul é a que apresenta os menores valores para esta variável. Em 1992, por exemplo, o grau de atraso escolar dos trabalhadores domésticos na região Nordeste era igual a 5,16 anos, enquanto que a região Sul apresentava um atraso médio igual a 3,72 anos. Neste mesmo ano, entre os não domésticos o grau de atraso era igual a 4,75 e 3,04 anos nas regiões Nordeste e Sul respectivamente.

Quanto ao quesito "sabe ler e escrever" percebe-se que na década de 90 há um aumento de escolaridade dos trabalhadores infantis domésticos, sendo que no ano de referência de 1992 havia 92,05% nesta categoria e em 1999 96,15%. Percebe-se que o domínio da leitura e escrita dos trabalhadores infantis em geral é bem inferior, sendo esta no ano 1992 de apenas

79,19% e em 1999 de 89,55%. Porém esta análise deve ser atenuada, uma vez que a idade dos trabalhadores doméstico é maior que a dos trabalhadores não domésticos.

Em quatro das cinco regiões do país os trabalhadores infanto-juvenis domésticos sabem ler e escrever, numa percentagem acima de 90%, com exceção do Nordeste que no ano de 1993 apresentou um índice de 82% sendo que 17% não sabiam ler e escrever. Entre os trabalhadores infanto-juvenis não domésticos o pior índice encontrado foi o da região Nordeste com 61% que afirmaram saber ler e escrever e 38% que afirmaram não saber ler e escrever em 1993. Entre as crianças e adolescentes que não são trabalhadoras o pior índice permanece com a região Nordeste, que no ano de 1993 registrou que aproximadamente 55% sabiam ler e escrever e 45% não sabiam. Este índice deve ser relativizado, pois neste grupo encontra-se um percentual de crianças de 5-11 anos.

Por outro lado, não é tão favorável a situação dos trabalhadores sejam eles domésticos ou não domésticos quanto à frequência a escola ou creche. No início da década pegando por referência o ano de 1992 a situação dos trabalhadores domésticos em 51,7% não frequentavam a escola ou creche, contra 41,5% dos trabalhadores não domésticos e 19,56% das pessoas que não trabalhavam. Durante a década houve uma melhora significativa neste quadro, porém não menos preocupante, com a constatação de que em 1999 ainda 32,9% dos trabalhadores doméstico não frequentavam a escola, contra 21% dos trabalhadores não domésticos e 10,3% das pessoas que não trabalhavam.

A maioria das crianças e adolescentes trabalhadoras domésticas frequenta a escola ou creche a partir de 1995, sendo o pior índice encontrado no intervalo de tempo de 1995-1999 o da região Nordeste com aproximadamente 53% na escola ou creche e 46% fora da escola ou creche. No ano de 1992 as regiões sul, Nordeste e Sudeste tinham mais crianças e adolescentes não frequentando escola/creche do que frequentando. Neste ano o melhor desempenho foi da região Norte com 61% na escola/creche e 38% fora delas. No ano de 1993 o pior desempenho foi da região Sul com 52% fora da escola/creche e 48% frequentando a escola. No Sudeste 51% estavam na escola/creche e 49% fora delas.

Entre os trabalhadores não domésticos a maioria frequenta a escola/creche no período analisado. Ficando o pior índice para a região Nordeste com aproximadamente 57% frequentando escola/creche e 42% não frequentando escola/creche no ano de 1992.

Em todas as regiões do país, no período analisado as crianças e adolescentes que não trabalham, em sua maioria, frequenta escola/creche, sendo o pior índice registrado o da região Nordeste com 76% frequentando escola/creche e 24% não frequentado no ano de 1992.

Na região Centro-Oeste os trabalhadores infanto-juvenis domésticas, em sua maioria, frequenta a escola de 5ª a 8ª série no período de 1992-1999, em segundo lugar a frequência recai para as séries de 1ª a 4ª séries do 1º grau. A pré-escola praticamente não é frequentada por este público, e o 2º grau tem incidência de 18% no máximo em 1999. Na região Centro-Oeste os trabalhadores infanto-juvenil não domésticos apresentam maior frequência nas séries de 5ª a 8ª séries do 1º grau, com exceção do ano de 1992. A pré-escola tem índice de no máximo 1% e o 2º grau de 20% em 1999 as crianças e adolescentes não

trabalhadoras têm maior frequência nas séries de 1ª a 4ª séries do 1º grau. Este grupo apresenta a maior frequência na pré-escola atingindo o máximo de 13% em 1995, quanto ao 2º grau a maior frequência é de 8% em 1999.

Na região Nordeste os trabalhadores infanto-juvenis domésticos apresentam maior frequência de 1ª a 4ª série do 1º grau, só em 1988 e 1999 que essa tendência se inverte, ou seja, a maior proporção de crianças e adolescentes trabalhadoras domésticas é de 5ª a 8ª série do 1º grau. A pré-escola não é praticamente freqüentada na região, sendo que o maior índice de frequência ao 2º grau foi de aproximadamente 6,5%. No Nordeste os trabalhadores infanto-juvenis não domésticos apresentam maior frequência nas séries de 1ª a 4ª, mas nos anos de 1998/99 essa tendência se modifica, sendo a maior incidência nas séries de 5ª a 8ª séries. A pré-escola tem frequência de no máximo 5% aproximadamente em 1992 apresentando declínio progressivo até 1999- 1%. O 2º grau apresenta maior índice em 1998 com 5%. Nesta região mais da metade das crianças e adolescentes que não trabalham freqüentam as séries de 1ª a 4ª séries do 1º grau. A pré-escola chega a atingir 23% em 1993, e o 2º grau aproximadamente 4,5% em 1998/99.

Na região Norte entre as crianças e adolescentes domésticas a maior frequência recai na 5ª a 8ª séries do 1º grau, apenas no ano de 1992 que a maior frequência é de 1ª a 4ª série do 1º grau. A frequência a pré-escola praticamente inexistente e os índices do 2º grau são baixos atingindo o máximo de 14% em 1999. Nesta região a maior frequência na escola entre as crianças e adolescentes que não trabalham como domésticas recai nas séries de 1ª a 4ª do 1º grau. A pré-escola tem maior índice em 1993- 2% e o 2º grau tem maior índice em 1999- 12%. No que se refere as crianças e adolescentes que não trabalham, mais da metade recai sobre as séries de 1ª a 4ª do 1º grau. A pré-escola tem o maior índice em 1993- 16% e o 2º grau tem maior índice no ano de 1999- 6% aproximadamente.

A região Sudeste tem na década de 1990 mais da metade de trabalhadoras infanto-juvenil domésticas nas séries de 5ª a 8ª do 1º grau. Esta é a região com maior frequência no 2º grau em 1999 atinge- 33% aproximadamente. No Sudeste observa-se entre as crianças e adolescentes que não trabalham como domésticas maior frequência na escola nas séries de 5ª a 8ª do 1º grau. A pré-escola não chega a atingir o índice de 1% em toda a década e o 2º grau tem o maior registro em 1999- 36%. Nesta região as crianças e adolescentes que não trabalham tem maior frequência nas séries de 1ª a 4ª séries de 1º grau. A pré-escola atinge maior índice em 1995 com aproximadamente 13% e o 2º grau em 1999 com 10%.

A região Sul apresenta como tendência na década de 90 mais da metade de trabalhadoras infanto-juvenil domésticas nas séries de 5ª a 8ª do 1º grau, com exceção do ano de 1992 em que atingiu índice de 46%. Também no Sul a pré-escola não é freqüentada pelas crianças e o 2º grau tem o maior índice no ano de 1999 com 39%, índice mais elevado que o do Sudeste. No Sul o público de crianças e adolescentes que não trabalham como domésticas tem maior frequência nas séries de 5ª a 8ª do 1º grau. A pré-escola não chega a atingir o índice de 1% na década e o 2º grau atinge no máximo 29% em 1999. As crianças e adolescentes que não trabalham freqüentam em sua maioria as séries de 1ª a 4ª do 1º grau. A pré-escola atinge no máximo 12% em 1999, e o 2º grau atingiu 10% neste mesmo ano.

## 7. BREVE HISTÓRICO DO PROGRAMA PARA A ELIMINAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL DA OIT NO BRASIL

As atividades do IPEC tiveram lugar durante o mesmo período em que outras atividades importantes relacionadas à erradicação do trabalho infantil no Brasil ocorreram, bem como durante uma época de várias transformações entre o governo e a sociedade civil. O objetivo das atividades da OIT-IPEC também era complexo e variado. Entre outros, o patrocínio do IPEC incluía em torno de 70 Programas de Ação e Programas de Mini-Ação, que forneciam apoio direto às organizações para a realização de: (1) ação direta com crianças e famílias a fim de reduzir o trabalho infantil; (2) várias atividades de mobilização social ou atividades de conscientização relacionadas à erradicação do trabalho infantil, incluindo pesquisa, desenvolvimento de materiais, treinamento, seminários e outros eventos.

O IPEC acompanhou e participou *pari-pasu* da história brasileira no combate ao trabalho infanto-juvenil. A Tabela 8 elenca, de forma resumida, os eventos mais importantes que marcaram essa trajetória de 1988 até 2001.

**Tabela 8 – CRONOLOGIA DE EVENTOS 1988-2000**

Ano	Eventos Nacionais e Internacionais Relacionados a Políticas sobre a Criança no Brasil
<b>1988</b>	Nova Constituição é elaborada após regime militar
<b>1989</b>	Assinada a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança
<b>1990</b>	O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é aprovado e incorporado às leis brasileiras.
<b>1991</b>	São estabelecidos os primeiros Conselhos Municipais e Estaduais dos Direitos da Criança conforme o especificado no ECA.
<b>1992</b>	A OIT lança o IPEC. O Brasil foi um dos seis países a ser nele incluído. O Comitê Nacional de Direção é formado para coordenar as atividades do IPEC.
<b>1993</b>	São estabelecidos os primeiros acordos com a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) com o objetivo de movimento de conscientização sobre o trabalho infantil junto aos sindicatos de trabalhadores rurais. O IPEC é amplamente difundido no Brasil.

<b>1994</b>	É criado o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, formado com o apoio da OIT e da UNICEF. O trabalho infantil é incluído em várias campanhas nacionais e planos de ação.
<b>1995</b>	<p>São implementados vários Programas de Ações Integradas (PAIs) em diversas áreas de alto risco de trabalho infantil no país. A iniciativa “Bode-escola como um meio de geração de renda para famílias é lançada na região do sisal da Bahia. O governo do Distrito Federal de Brasília dá início ao programa Bolsa Escola</p> <p>O Governo lança o "Programa Brasil Criança Cidadã", coordenado pelo PETI (que faz parte Ministério da Previdência e Assistência Social)</p>
<b>1996</b>	<p>Eventos internacionais (Estocolmo) e nacionais (Brasília) discutem a questão da exploração sexual da criança.</p> <p>A OIT-IPEC apóia a criação da Rede Nacional de Combate à Exploração Sexual da Criança. São estabelecidos os termos de acordo entre a administração das várias organizações associadas junto com o IPEC. A Fundação Abrinq cria o selo “Empresa Amiga da Criança”.</p>
<b>1997</b>	<p>O Governo cria o programa “Toda Criança na Escola”. O IPEC, o UNICEF e o governo norueguês organizam o Congresso Mundial sobre o Trabalho Infantil em Oslo.</p> <p>A EMBRATUR lança a campanha contra o turismo sexual. O governo do Rio de Janeiro implementa os programas de ações integradas (PAIs) em 8 municípios. O Ministério do Trabalho cria comissões especiais para inspecionar o trabalho infantil através das Delegacias Regionais do Trabalho. São criados programas estaduais para a erradicação do trabalho infantil em vários estados.</p>
<b>1998</b>	<p>Uma Pesquisa Doméstica Nacional confirma que o número de crianças trabalhando no país diminuiu.</p> <p>É criado o Programa de Jornada Ampliada em âmbito nacional, com base nas experiências iniciais em Mato Grosso do Sul. Declara-se que os PAIs nas regiões carvoeira e do sisal são bem sucedidos, ao verificar-se que dados constataam uma dramática redução do trabalho infantil em ambas regiões.</p>
<b>1999</b>	O Brasil submete as Convenções da OIT Nos. 138 e N.º 182 ao Congresso Nacional. O Governo Federal anuncia uma alocação significativa de recursos no valor para o PETI. O SEAS anuncia uma reformulação do programa PETI, reduzindo o período de

	participação de qualquer criança no "Programa Brasil Criança Cidadã" e restringindo o programa somente às crianças que trabalham.
	Integrantes do Fórum Nacional elaboram um Plano Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. É aprovado o SIMPOC (Sistema de Monitoramento dos Programas de Ação para Coleta de Dados Estatísticos sobre Trabalho Infantil). Incluídos no IPEC e no Fórum Nacional as questões referentes a trabalho doméstico e crianças trabalhando no tráfico de drogas.
<b>2000</b>	O Governo federal anuncia o Plano Alvorada (IDH-14), que visa integrar os serviços governamentais no nível municipal; o trabalho infantil será incluído no programa. Em funcionamento em 28 dos 29 estados brasileiros os Fóruns Estaduais de Erradicação do Trabalho Infantil. A OIT e o UNICEF anunciam sua intenção de retirar aos poucos o patrocínio proveniente do Fórum Nacional. Com o apoio do IPEC, o estado de Pernambuco dá início ao projeto de capacitação de monitores do programa de Jornada Ampliada.
<b>2001</b>	O Governo Federal anuncia que o programa Bolsa Escola (MEC) alcançará 11 milhões de crianças de renda familiar inferior a R\$90.  Ratificada a emenda constitucional para aumentar a idade mínima para o trabalho para 16 anos com base na Convenção da OIT No. 138.

## 8. PRINCIPAIS ATORES COMPROMETIDOS COM A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

São muitos os atores importantes envolvidos no processo de erradicação do trabalho infantil no Brasil, especialmente a partir de 1993-94. Boa parte dessa mobilização se deve ao objetivo da OIT-IPEC - apoiado na sua estrutura tripartite - de engajar grandes segmentos da sociedade na erradicação do trabalho infantil, incluindo o Governo, e organizações de empregadores e de trabalhadores e outras ONGs<sup>9</sup>. Algumas das ações desses principais atores merecem destaque pela importância que tiveram nos últimos anos.

<sup>9</sup> As organizações de empregadores e trabalhadores também são ONGs. Contudo, para fins de análise, utilizamos ONGs ou "outras ONGs" para nos referirmos a organizações da Sociedade Civil que não são estritamente associações de empregadores ou trabalhadores, mas que possuem uma missão específica em relação a crianças, adolescentes e famílias, ou desenvolvimento comunitário.

## 8.1. O Governo Federal

Os três ministérios do Trabalho e Emprego (MTE), da Previdência e Assistência Social (MPAS) e da Educação (MEC) formam um tripé de funções fundamentais no combate ao trabalho infanto-juvenil e estão diretamente comprometidos com esse objetivo, com recursos expressivos em seus orçamentos para 2000-2003.

O MTE tem cinco áreas de ação gerais relacionadas à erradicação do trabalho infantil: (1) localidades para inspeção de trabalho; (2) realização de mapeamento de áreas de piores formas de trabalho infantil, e estudos sobre o impacto do trabalho infantil e das condições de trabalho das crianças; (3) produção de publicações sobre o trabalho infantil; (4) promoção de eventos para o público geral sobre o trabalho infantil; (5) realização de uma campanha nacional sobre o trabalho infantil; e (6) a coordenação do comitê tripartite sobre as convenções 138 e 182 da OIT.

A inspeção e o mapeamento periódico do trabalho infantil no país têm sido duas das atividades do MTE mais estratégicas e importantes. Como parte da Convenção da OIT No. 182 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, o Brasil foi obrigado a criar unidades de inspeção trabalhista e a realizar o mapeamento dessas formas de trabalho infantil. As 82 áreas inicialmente identificadas por esse mapeamento são aquelas onde o PETI nacional está trabalhando no momento.

Para realizar estas atividades, o MTE criou o Serviço de Inspeção do Trabalho através das suas Delegacias Regionais de Trabalho (DRT). Cada DRT possui um “Grupo Especial de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção dos Trabalhadores Adolescentes”(GECTIPA), que foi criado por um decreto-lei mandatório dentro do MTE.

No MPAS, a Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) possui duas iniciativas principais diretamente relacionadas ao trabalho infantil sob o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, conhecido como PETI: (1) o programa Bolsa-Criança Cidadã, que fornece um apoio de renda às famílias que tiram seus filhos do trabalho e garantem sua frequência à escola; e (2) a Jornada Ampliada, que é um programa de horário escolar ampliado, que fornece atividades antes e depois do horário escolar para as crianças que fazem parte do programa, com o intuito de evitar que as crianças trabalhem fora dos horários escolares.

O PETI utiliza o mapeamento e o diagnóstico do trabalho infantil do MTE para selecionar comunidades e regiões para a implementação do programa Bolsa Criança Cidadã. Até o final do ano 2002, o governo federal planeja incluir 866,000 crianças neste projeto, ou todas as crianças que se calcula estar envolvida com as piores formas de trabalho infantil. O programa cresceu de 3.710 crianças em 17 municipalidades em 1996 para o número-alvo estimado para 2000 de aproximadamente 362.000 crianças, sendo que o alvo para 2002 é de 866.000 crianças. O orçamento anual destinado ao PETI aumentou de R\$931.500 em 1996

para R\$182 milhões em 2000. Para 2001, foi projetado um orçamento total para o PETI de R\$297 milhões (em torno de US\$118 milhões).<sup>10</sup>

O programa Bolsa Criança Cidadã, junto à outra iniciativa de renda mínima – o Bolsa Escola do Ministério da Educação – tornou-se a pedra angular da ação do governo federal com relação ao assunto trabalho infantil. Por um lado, o programa tem sido extremamente importante, tanto pelo número de crianças que foram retiradas do trabalho como pela poderosa mensagem que envia aos governos e comunidades locais, famílias e empregadores sobre a importância de se tirar as crianças do trabalho e matriculá-las nas escolas. Ao mesmo tempo, o programa Bolsa-Escola constitui uma política corretiva ou compensatória quanto à prevenção da erradicação do trabalho infantil.

Apesar da natureza corretiva do programa Bolsa Criança Cidadã, as ONGs locais, os sindicatos de trabalhadores e outras organizações de defesa vêm sendo implacáveis no sentido de manter e desdobrar o programa a todas as famílias com crianças que trabalham, e às famílias de baixa renda em geral.

Em 1999, o PETI mudou as normas do programa de modo que as crianças só poderiam participar durante o período de dois anos, e no máximo por quatro anos. Esta mudança nas regras de seleção possibilitou o PETI a dobrar o número de crianças participantes pelo mesmo custo.

Em 2000, o Governo Federal anunciou o Projeto Alvorada – uma forte iniciativa para o desenvolvimento social e minimização da pobreza, que busca integrar os investimentos governamentais nos estados e municipalidades com os mais baixos indicadores de desenvolvimento humano (IDH), e que inclui o trabalho infantil como um dos seus principais focos. A SEAS foi um elemento fundamental neste plano, e supostamente será aquele que irá integrar essas ações em nível nacional. Em âmbito municipal, as cidades desenvolvem um conselho que inclui serviços municipais relevantes e a sociedade civil para coordenar as ações.

O MEC tem se destacado com esforços de melhoria de indicadores educacionais e com os programas “Todas as Crianças na Escola” e “Renda Mínima”. Este último, foi reformado em 2001, passando a ser chamado de “Bolsa Escola” (BE). O alvo destes programas também são as comunidades rurais com a comprovação de matrícula escolar como uma condição de aprovação. Desde abril de 2001, o Governo vem implementando o BE com financiamento (garantido por lei no âmbito do Fundo Nacional de Pobreza), estipulado para R\$1,7 bilhões para 2001 para atender até 11 milhões de crianças.

---

<sup>10</sup> As comparações das alocações anteriores de orçamento com os valores atuais e em seguida com o dólar americano no Brasil devem levar em consideração a desvalorização atual da moeda nacional. O real, avaliado em US\$1 = R\$2,6 em setembro de 2001, era avaliado em US\$1 = R\$1,3 em 1997.



Visando a complementar e harmonizar as políticas de erradicação do trabalho infanto-juvenis no Brasil, o Ministério da Educação e a OIT estão discutindo a possibilidade de parceria concreta, no âmbito do IPEC, para estabelecer monitoramento e avaliação dos programas de renda mínima vinculado à educação; continuar o trabalho conjunto na área de avaliação; Intercambiar experiência nos programas do tipo Bolsa Escola na África e fortalecer as ações de capacitação dos conselheiros.

## **8.2. Ministério Público do Trabalho (MPT)**

Outro ator importante no nível nacional é o MPT, que é uma entidade “guarda-chuva” do Estado (nacional) fora do controle direto dos ramos separados do Poder Executivo. O MPT possui 400 procuradores trabalhando em âmbito nível nacional, e desempenhando um papel fundamental na erradicação do trabalho infantil, suplementando a função dos auditores do trabalho com processos e acordos entre empregadores e entidades do Estado. O MPT tem tido também presença marcante nos fóruns estaduais de erradicação e prevenção,

Embora o MPT tenha como principal função investigar infrações constitucionais e abrir processos, os procuradores estão combatendo o trabalho infantil de uma forma mais abrangente, buscando negociar com empresas e grupos de empresas a remoção de crianças da totalidade das indústrias atuando com outros ministérios, notadamente com o MTE. Buscam garantir que as crianças após terem sido retiradas de uma indústria, tenham acesso à escola e ao programa Bolsa-Escola, Bolsa Criança Cidadã ou a qualquer outro programa de complemento à renda familiar. O MPT mudou seu papel de maneira sutil mas importante para a criação de uma conscientização com relação ao trabalho infantil.

## **8.3. Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil**

Este Fórum vem sendo fundamental para as ações do Governo na erradicação do trabalho infantil e para a OIT-IPEC, desempenhando um papel de supervisor ou abrigando discussões relevantes e muitas vezes inovadoras sobre a temática.

Assume, informalmente um papel de termômetro da situação do trabalho infanto-juvenil bem como de orientados de políticas e metodologias nacionais. Não se tem conhecimento de estrutura semelhante em outros países que ocupa um espaço de vanguarda para se debater a erradicação do trabalho infantil e promover a integração e a colaboração de todos os atores envolvidos.

O Fórum teve seu início em 1994, com o patrocínio da OIT e do UNICEF. No momento, 42 organizações participam dele, incluindo sindicatos, outras ONGs, o governo federal, empregadores, o UNICEF e a OIT. A inegável a importância do Fórum Nacional no seu papel de organização fundamental na reunião dos atores em nível nacional para a abordagem da erradicação do trabalho infantil, e no desenvolvimento de uma política federal na erradicação do trabalho infantil.

Em 2000, o Fórum, após aprovação pelo Conselho Nacional para os Direitos da Criança (CONANDA), publicou um conjunto de Diretrizes para formulação de políticas contra o trabalho infantil. Suas prioridades são: (1) sistematizar os dados sobre o trabalho infantil no país; (2) analisar as normas legais no país relacionadas ao trabalho infantil; (3) consulta e estrutura multipartidária; (4) promover melhorias na educação pública para todas as crianças no país; (5) promover um monitoramento adequado de localidades de trabalho com relação ao trabalho infantil; e (6) promover programas de apoio de renda familiar, bem como um desenvolvimento local sustentável.

Ademais, foi no ambiente do Fórum Nacional que se desenvolveu o chamado Programa de Ação Integrada (PAI) que não somente subsidiou o desenho do PETI como também influenciou no desenvolvimento das novas metodologias de intervenção do IPEC, intituladas Programas de Duração Determinada, ou Time Bound Programmes (TBP).

#### **8.4. Fóruns Estaduais de Erradicação do Trabalho Infantil**

O engajamento de estados para estabelecer e fortalecer fóruns estaduais de erradicação do trabalho infantil tem tido notório impacto devido ao tamanho do Brasil e ao caráter descentralizado das ações governamentais, incluindo a formulação e implementação de políticas e programas estaduais e municipais.

A partir do ano 2000, esses fóruns estavam em funcionamento em todos os estados (o último a ser estabelecido foi o de Tocantins). Assim como o Fórum Nacional, os fóruns estaduais são em teoria compostos de representantes do governo, de associações de trabalhadores e empregadores, e outras ONGs, embora nem todos os segmentos mencionados estejam representados em alguns estados.

#### **8.5. Conselhos dos Direitos da Criança**

O Estatuto da Criança e do Adolescente estipula a formação de dois níveis de conselhos municipais para o monitoramento dos direitos das crianças. Um deles é o Conselho Tutelar, que acompanha casos individuais dos direitos das crianças, e o outro é formado de conselhos municipais para os direitos das crianças, que articulam as políticas municipais relacionadas às crianças, compostos de membros do setor público e privado, incluindo ONGs.

Os conselhos de direitos das crianças no nível estadual monitoram os conselhos de âmbito municipal. Ao nível nacional, há o CONANDA mencionado anteriormente, fundado pelo Governo Federal, mas composto de membros dos setores público e privado e eleitos de maneira autônoma. Muito embora haja grande variação pelo país, no aspecto geral há pouca articulação entre os conselhos municipais para os direitos das crianças e as iniciativas locais e estaduais que trabalham para a erradicação do trabalho infantil.

Há grandes variações no funcionamento dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança. Alguns funcionam bem enquanto que em algumas municipalidades, esses conselhos são treinados de modo inadequado e funcionam de maneira insatisfatória.

Muitos conselhos municipais, em 1994 e 1995, foram treinados e capacitados pela OIT para atuar no tema de forma eficiente. Desde então esse treinamento que vem sendo feito em grande parte pelo UNICEF. Existe uma alta rotatividade de membros dentro desses conselhos que faz com que atividades dessa natureza tenham um impacto bem limitado no tempo devido à falta de uma memória institucional. Em nível nacional, o CONANDA continua sendo um aliado importante na erradicação do trabalho infantil.

### **8.6. Organizações de trabalhadores**

As organizações de trabalhadores têm sido parceiros essenciais para a OIT na erradicação do trabalho infantil no Brasil. Diversos sindicatos foram aparentemente convencidos da importância deste assunto devido às ações da OIT-IPEC.

Os elos institucionais da OIT com os sindicatos de trabalhadores facilitaram o seu engajamento como sócios da erradicação do trabalho infantil. Em alguns estados iniciaram ou assumiram papel ativo nos Fóruns Estaduais de Erradicação do Trabalho Infantil.

Os sindicatos foram importantes especialmente: (1) no engajamento de seus funcionários e filiados; (2) na mobilização de governos locais e outras entidades comunitárias; (3) na negociação de contratos comerciais coletivos com empregadores que incluíssem cláusulas relacionadas à erradicação do trabalho infantil; (4) no seu apoio à ratificação das Convenções 138 e 182 da OIT, etc. Embora os sindicatos tenham se preocupado historicamente mais com os trabalhadores adultos - seus filiados em particular - é notável que no Brasil eles vêm utilizando a sua influência política e sua capacidade de mobilização social para o combate ao trabalho infantil. Vale ressaltar, entre outros casos, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Retirolândia, Bahia, pela importância histórica que teve no desenvolvimento de estratégias para a melhoria da renda familiar no combate ao trabalho infantil.

### **8.7. Organizações de empregadores**

Especialmente desde meados de 90, muitas empresas privadas se mobilizaram e iniciaram ações filantrópicas diretas e indiretas de apoio à erradicação. Ao mesmo tempo, as principais organizações de empregadores têm tido papel fundamental em apoiar esforços da OIT e do UNICEF, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Têm também apoiado iniciativas de entidades de empregadores, tais como a Fundação Abrinq, o Instituto Pró-Criança e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

O CNA ocupou papel central nas ações do Fórum Nacional. O SESI fez projeto de parceria com a OIT contra a exploração sexual de menores. Há todavia muito espaço para

envolver ainda mais as organizações de empregadores nessa área, nos moldes do papel indireto que o SESI, CNI e o CIEE, já desempenharam na erradicação do trabalho infantil ao promover a educação, notadamente a capacitação vocacional para adolescentes e seus pais em bairros de baixa renda.

Em geral, o engajamento uma indústria específica em nível local foi mais fácil e eficiente do que em nível nacional. Por exemplo, em Franca e Dois Irmãos (no Estado de São Paulo), foi possível envolver empresas de maneiras significativas.

### **8.8. Outras entidades nacionais**

Além das organizações de empregadores e de trabalhadores, outras ONGs têm tido papel importante na erradicação do trabalho infantil no País, tais como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a Fundação Abrinq, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), o Projeto Axé em Salvador, o Movimento de Organização Comunitária (MOC), o Centro de Solidariedade da AFL/CIO, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Missão Criança, etc.

No poder legislativo, a Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança tem oferecido suporte às iniciativas do poder executivo e da sociedade civil de erradicação do trabalho infantil e de proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

### **8.9. Organizações Internacionais**

Além da OIT, o UNICEF tem tido um papel primordial na promoção de ações de erradicação do trabalho infantil. Tem atuado como sócio direto da OIT na criação e manutenção do Fórum Nacional e de fóruns estaduais.

Entre outras organizações internacionais que direta ou indiretamente apóiam o combate ao trabalho infantil, o Banco Mundial vem financiando alguns programas e pesquisas importantes na área de educação, tendo colaborado com a OIT na avaliação do Bolsa Escola de Recife. O Banco Interamericano de Desenvolvimento vem patrocinando programas para crianças e adolescentes com componentes relacionados à erradicação do trabalho infantil. A UNESCO tem prestado apoio a iniciativas de educação. No Brasil, têm-se destacado também a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a Comissão da Comunidade Européia (CCE), a Agência de Cooperação Alemã (GTZ). Recentemente surgiram em cena no Brasil também a Agência Britânica para a Cooperação (DFID) e a CARE que deverão prestar apoio ao combate ao trabalho infantil, entre outras atividades.

## 9. DESAFIOS

A ratificação da Convenção 138 com a idade mínima de 16 anos - influenciada especialmente por pressões de coerência com a legislação nacional atual, e que foi promulgada pelo Presidente da República a 15 de fevereiro de 2002 - implica em desafios importantes de educação, de inspeção e de programas de apoio à renda familiar, apesar da Convenção 138 prever certas exceções definidas no âmbito nacional que podem aliviar as exigências do compromisso internacional assumido.

O que é mais essencial para a comunidade internacional é a intenção e o esforço de políticas e programas do Estado de buscar viabilizar o compromisso assumido. Por essa razão, a recente expansão dos principais programas governamentais atrás citados merecem maior divulgação internacional. A OIT tem divulgado esses feitos pelo seu próprio interesse de promover experiências comparáveis em outros países. Mas não é sua competência fazê-lo.

O maior desafio, no caso brasileiro, não nos parece, portanto, que seja o contorno dos riscos oriundos da ratificação da Convenção 138 com a idade mínima (geral) de 16 anos, mas sim o controle ainda muito limitado da inspeção do trabalho nas atividades do “setor informal”, bem como das procuradorias federal e do trabalho e da polícia nas atividades ilícitas de narcotráfico, narcoplantio e de prostituição e pornografia com menores. E isto é um problema muito maior para o cumprimento da Convenção 182 do que para o cumprimento da Convenção 138. A grande maioria das piores formas de trabalho infanto-juvenil definidas nos parágrafos “a”, “b” e “c” do Artigo 3 da Convenção 182, bem como as 82 atividades definidas no âmbito nacional (de acordo com o parágrafo “d” do mesmo Artigo), estão concentradas no setor informal.

Enquanto que o cumprimento da Convenção 138 requer um tripé de medidas integradas de inspeção do trabalho, de educação e de subsídios de renda familiar, o cumprimento da Convenção 182 requer “... medidas imediatas e eficazes...” que recaem essencialmente no âmbito da inspeção e da procuradoria do trabalho.

Para a OIT, e para a comunidade internacional, será portanto essencial ampliar o raio de cobertura da inspeção e procuradoria do trabalho no setor informal. O MTE, através da sua Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) já tomou algumas iniciativas importantes nessa direção que visam priorizar o setor informal. Recentes depoimentos do Ministro Paulo Jobim vêm refletindo essa orientação.

Segundo informações dessa Secretaria e de algumas DRTs, houve um aumento significativo de ações de inspeção que originaram, inter alia, um aumento de centenas de milhares de registros de trabalhadores com carteira assinada, muitos deles anteriormente na informalidade. Embora esses registros se refiram a trabalhadores com idade mínima de trabalho, a ampliação da cobertura do setor informal pela inspeção do trabalho já é um indício de que o Governo, o MTE em particular, tem intenções e condições de fazer honrar os compromissos da ratificação das Convenções 138 e 182.

Como parte desse esforço, acreditamos que o “Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente, 2000” (MTE/SIT, 2001) e os GECTIPAs, já mencionados, poderão facilitar o esforço de erradicação de Trabalho Infantil por região, estados e municípios. Esta iniciativa é impressionante, porém dificultada pela escassez de inspetores do trabalho em algumas micro-regiões com notória incidência de trabalho infantil. Em Franca, SP, por exemplo, existem apenas dois inspetores de trabalho, número este evidentemente insuficiente para uma inspeção adequada de atividades terceirizadas em empreendimentos domiciliares, muitos deles aparentemente usando mão de obra infantil. Um estudo recente realizado para a OIT, constatou que as ações dos inspetores são constrangidas pelas dificuldades de acesso a distâncias a percorrer, treinamento, e falta de apoio jurídico e de pessoal para poderem intervir em atividades diversas no setor informal.

Neste contexto, o MPT poderia ter provavelmente um papel ainda mais pro-ativo no apoio e seguimento aos serviços de inspeção direcionados ao setor informal, bem como incrementar audiências públicas em nível estadual e municipal.

A sustentabilidade dos resultados alcançados desde 1995 depende ainda de outras medidas e prioridades além de melhorias de inspeção e de investimentos nos programas de educação e de subsídios de renda.

Um dos desafios é uma necessária melhoria na capacidade de monitoramento e de avaliação de programas nacionais se não for repetido regularmente (e.g. de três em três ou de quatro em quatro anos). Isso implica comprometimento e apoio político. Por essa e outras razões, é igualmente importante manter o papel ativo de instituições como o CONANDA e o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e seus correspondentes desdobramentos estaduais.

## **10. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados alcançados no Brasil no combate ao trabalho infanto-juvenil, especialmente desde 1995, merecem reconhecimento nacional e internacional. Ao mesmo tempo talvez tivessem gerado exagerado otimismo nos últimos dois anos. O problema ainda é grave e continua atrofiando as perspectivas de desenvolvimento econômico e social sustentável do País.

É evidente a grande mudança de atitudes em relação ao trabalho infantil no país, tanto por parte das famílias de crianças que trabalham, como por parte dos formuladores de política nos níveis federal e municipal, sindicatos de trabalhadores e organizações de empregadores. Em menos de 10 anos, a atitude no Brasil mudou de uma aceitação quase que geral do trabalho infantil para uma condenação praticamente universal. O que geralmente se discutia há 10 anos atrás, era que o trabalho “dignificava” e educava as crianças de baixa renda. Até o início dos anos 90, alguns programas governamentais para crianças no Brasil reivindicavam o trabalho como um meio de educar as crianças de baixa renda, alegando a crença de que trabalhar era melhor do que estar nas ruas. Os esforços em escopo federal e municipal para a erradicação do trabalho infantil representam uma das maiores iniciativas

de mobilização social nos últimos 10 anos e superaram as expectativas, conforme revelou uma recente avaliação da OIT.

Há necessidade de continuidade de esforços, em particular, de inspeção do trabalho, de educação, e de programas de apoio à renda familiar vinculada à frequência escolar. Houve um esforço importante do Governo para integrar melhor estas três áreas fundamentais em 2000-02. Porém, a inspeção do trabalho é hoje talvez o “calcanhar de Aquiles” do combate ao trabalho infanto-juvenil, especialmente devido à sua limitada cobertura do setor informal. Há um esforço recente, mas ainda limitado, para ampliar a cobertura da inspeção no setor informal, que é fundamental para se cumprirem os compromissos assumidos com as ratificações recentes das Convenções 138 e 182 da OIT.

Ainda mais crítico é o desafio para os órgãos de polícia, procuradoria e de justiça de tomarem medidas eficazes para combater formas ilícitas de trabalho infanto-juvenil no narcotráfico e narcoplantio, pornografia e prostituição.

Para minimizar riscos de um retrocesso nas ações e resultados alcançados nos últimos anos, é desejável melhorar a capacidade de monitoramento e de avaliação dos principais programas de educação e de bolsa escola, de tal forma a permitir ajustes no público alvo, no volume de recursos, nos papéis institucionais, e nos incentivos desses programas. O MEC já iniciou esforços decisivos nessa orientação, buscando para isso parcerias com a OIT e outras agências internacionais - o que será alvo de seminário em Brasília nos dias 20-22 de Maio. Há ainda alguma carência de indicadores e de metas que requerem continuidade de compromissos com a melhoria de estatísticas e a ampliação de recursos.

Será estrategicamente valioso para as entidades governamentais brasileiras fazer um esforço maior de divulgação internacional das intenções, iniciativas, resultados e metas no combate ao trabalho infanto-juvenil.

Ao mesmo tempo, o Brasil terá necessidade de medidas mais enérgicas no âmbito da inspeção, procuradoria, polícia e justiça para eliminar o trabalho escravo, a prostituição e a produção de materiais pornográficos ou atividades pornográficas e qualquer outro tipo de trabalho que coloque em risco a saúde, a segurança ou a própria moralidade das crianças, conforme ressalta, de forma genérica, o Relatório Global da OIT.